



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Geisa Veloza Amaral

**O Papel dos Bancos no Desenvolvimento Sustentável: Evidências empíricas no
Brasil**

Outubro 2018



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Geisa Veloza Amaral

**O Papel dos Bancos no Desenvolvimento Sustentável:
Evidências empíricas no Brasil**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira
Trabalho efetuado sob a orientação
da **Prof. Doutora Filomena Antunes Brás**

Outubro 2018

DECLARAÇÃO

Nome: Geisa Velozo Amaral

Endereço eletrónico: geisa_veloso@hotmail.com

Título da dissertação: O Papel dos Bancos no Desenvolvimento
Sustentável: Evidências empíricas no Brasil

Orientadora: Professora Doutora Filomena Antunes Brás

II ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Monetária,
Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa, em primeiro lugar, a Deus por orientar os meus passos, meu guia e estar sempre presente nos momentos difíceis e bons. Dedico também a minha mãe Maria Velozo, aos amigos e aos professores em especial a Dr e Prof Filomena Brás por me dar espaço e atenção na contemplação desse trabalho.

RESUMO

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável na agenda política internacional tem modificado a forma como as empresas encaram o papel da gestão, levando-as à implementação de boas práticas de gestão ambiental, através da aplicação de princípios e instrumentos de política do meio ambiente.

No caso dos bancos e na sequência do lançamento dos Princípios do Equador, o Brasil fez aprovar a Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.327, onde foram criadas diretrizes gerais sobre as Políticas de Responsabilidade Socioambiental para serem seguidas pelas instituições financeiras brasileiras.

Assim, o principal objetivo deste trabalho foi analisar o papel dos bancos brasileiros no desenvolvimento sustentável no período de 2009 a 2016, nomeadamente enquanto percursores de políticas de responsabilidade socioambiental, mas também enquanto financiadores de projetos que potenciam esta responsabilidade. Para tal o estudo envolveu uma pesquisa exploratória por meio de estudo de caso nos cinco maiores bancos brasileiros (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú Unibanco e Santander), seguindo a metodologia do estudo de Scholtens (2009). A recolha de dados foi através das informações publicadas nos relatórios de contas e relatórios de sustentabilidade desses bancos.

Os resultados empíricos obtidos mostram que as instituições bancárias de estudo possuem, em geral, prática sobre o controle e a importância do risco ambiental e que a adoção dos Princípios do Equador junto com a imposição do governo brasileiro de intitular de forma obrigatória a resolução acima referida fez com que os bancos relatassem sobre a RSE. Contudo, mesmo que o desenvolvimento de produtos no âmbito da RSE ainda esteja em sua infância, a partir de 2014, essa resolução parece está mudando o comportamento do papel dos bancos no desenvolvimento sustentável, o que se podem traduzir num ganho de vantagem competitiva, oportunidades de negócio e sustentabilidade.

Palavras-chave: Responsabilidade social empresarial; Bancos; Principios do Equador; Brasil

ABSTRACT

The emergence of the concept of sustainable development in the international political agenda has been changing the way companies view the role of management, leading to the implementation of good environmental management practices, through the application of principles and instruments of environmental policy.

In the case of the banks, according to the Equator Principles, Brazil approved the National Monetary Council Resolution No. 4,327, through which general guidelines on Social and Environmental Responsibility Policies were created to be followed by Brazilian financial institutions.

Thus, the main objective of this thesis was to analyze the role of Brazilian banks in a sustainable development in the period from 2009 to 2016, namely as a precursor of social responsibility policies, but also as project financiers that promote this responsibility. With this goal in mind, the study involved an exploratory search, through a case study involving the five largest Brazilian banks (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú Unibanco and Santander), using the Scholtens (2009) study methodology. The data was collected in the annual reports and sustainability reports of these banks.

The empirical results obtained show that the financial institutions under study, in general, have a practice on the control and importance of environmental risk, and that the adoption of the Equator Principles, together with the Brazilian government's imposition of compulsory compliance with the above-mentioned resolution, has led banks to report on CSR. However, even if CSR product development is still in its infancy, as of 2014, this resolution seems to be changing the behavior of the banks' role in sustainable development, which can translate into gains in competitive advantage, opportunities business and sustainability.

Keywords: Corporate Social Responsibility; Banks; Principles of Ecuador; Brazil.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	X
ABREVIATURAS	XI
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	2
1.2 OBJETIVOS DO TRABALHO	3
1.3 RELEVÂNCIA	3
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	4
2 REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 MARCO CONCEITUAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	5
2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DOS BANCOS	7
2.3 RELAÇÃO DOS BANCOS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	9
2.4 OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR.....	11
2.5 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E O CRÉDITO.....	17
2.6 ESTUDOS RELACIONADO AO TEMA DE ESTUDO	19
3 ESTUDO EMPÍRICO	25
3.1 METODOLOGIA	25
3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	28
3.3 APRESENTAÇÃO DOS CASOS A ESTUDAR.....	29
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.1 CARACTERIZAÇÕES DA RSE DE CADA BANCO DE ACORDO COM OS RELATÓRIOS DOS BANCOS	33
4.2 ANÁLISES DOS PROJETOS ENQUADRADOS NOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR REALIZADAS PELOS BANCOS DE ESTUDO.....	44
4.3 ANÁLISE DO GRAU DE TENDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS	

	PRINCÍPIOS DO EQUADOR E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ESTUDO DE SCHOLTENS (2009)	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS.....	59
6	REFERÊNCIAS	62

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1– Desempenho individual dos bancos em relação aos indicadores de RSE no período de 2009 até 2016.....	34
Tabela 2– Desempenho individual do Banco do Brasil em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016	35
Tabela 3 – Desempenho individual do banco Bradesco em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016	35
Tabela 4– Desempenho individual do banco Caixa em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016	36
Tabela 5 – Desempenho individual do banco Itaú Unibanco em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016 ...	37
Tabela 6– Desempenho individual do banco Santander em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016	38
Tabela 7 – Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo Banco do Brasil, de 2009 a 2016.....	45
Tabela 8 – Total da participação do Banco do Brasil no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).....	46
Tabela 9– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Bradesco, de 2009 a 2016.....	48
Tabela 10– Total da participação do banco Bradesco no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).....	48
Tabela 11– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Caixa, de 2009 a 2016.....	50
Tabela 12– Total da participação do banco Caixa no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).....	51
Tabela 13– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Itaú Unibanco, de 2009 a 2016	53
Tabela 14– Total da participação do banco Itaú Unibanco no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).....	53
Tabela 15– Projetos sujeitos ao enquadramento do PE pelo banco Santander	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Número de projetos financiados pelo Banco do Brasil por categoria de risco enquadrada nos PE.....	44
Figura 2– Número de projetos financiados pelo Banco Bradesco por categoria de risco enquadrados no PE.	47
Figura 3– Número de projetos financiados pelo Banco Caixa por categoria de risco do PE.....	50
Figura 4– Número de projetos financiados pelo Banco Itaú Unibanco por categoria de risco do PE.	52

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos-chaves das políticas de RSE	27
Quadro 2- Tems tratados por setor e atuação do banco Santander em 2011 e 2013.	56

ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BRAM – Bradesco Asset Management

CAIXAPAR – Caixa Seguridade e Caixa Participações S.A

CDC – Certificado de Crédito Consumidor

CEF – Caixa Econômica Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMN – Conselho Monetário nacional

COP21 – Conferência das Partes 21

DEST – Departamento de Coordenação e Governância das Empresas Estatais

FIES – Fundo Itaú de Excelência Social

GEE – Gases do efeito estufa

GNV – Gás Natural Veicular

IFC – International Finance Corporation

MPO – Microcrédito Produtivo Orientado

PE – Princípios do Equador

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRI – Princípio para o Investimento Responsável

PRSA – Política de Responsabilidade Socioambiental

RSA – Resposanlibilidade Social Ambiental

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

RSE – Responsabilidade Social empresarial

UNIBRAD – Universidade Corporativa Bradesco

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UNIVERGEG – Universidade do Conhecimento do Seguro

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os países da América Latina passaram a ocupar um papel fundamental nos debates sobre causas e soluções para problemas ambientais e mudanças climáticas. Com base nas visões e lutas dos indígenas e de outros movimentos sociais, uma série de novas perspectivas e políticas foram inseridas. Em 2008, o Equador tornou-se o primeiro país do mundo a dar direitos constitucionais à natureza enquanto o Brasil prometia reduzir o desmatamento da Amazônia e iniciar o primeiro programa nacional de redução de Emissões de CO₂ por desmatamento e degradação (Baud, Castro e Hogenboom, 2011).

Deste modo, uma pesquisa realizada em abril de 2012 pela empresa Consultoria, Pesquisa e Planejamento para o Ministério do Meio Ambiente brasileiro revelou que praticamente 100% da população brasileira considera importante o “cuidado/ proteção” do meio ambiente, destacando a concepção de que este cuidado é necessário à nossa sobrevivência (65%) e para um futuro melhor para a humanidade (15%). Mas, espontaneamente, 8% enfatizaram a necessidade de conservação dos ambientes naturais para evitar a extinção de animais e plantas; 4% mencionaram a necessidade de se prevenir catástrofes e houve mesmo quem mencionasse a necessidade de expressarmos nossas responsabilidades “socioambientais”.

A pesquisa relatou também que o “Meio Ambiente” já aparece como o 6º maior problema do Brasil. Para os brasileiros, o “Desmatamento de florestas” é o principal problema ambiental do mundo e do Brasil no momento. Em seguida vem a “Poluição de rios, lagos e outras fontes de água”, “Poluição do ar” e “Aumento do volume de lixo” também se destacam como grandes problemas ambientais, tanto em nível mundial, quanto nacional (Brasil, 2012).

Desta forma, em 25 de abril de 2014, através da criação da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.327, foram criadas diretrizes gerais sobre as Políticas de Responsabilidade Socioambiental para serem seguidas pelas instituições financeiras brasileiras. Essa preocupação com a implementação da sustentabilidade nos bancos já vinha tendo maior repercussão desde o lançamento dos Princípios do Equador¹(PE) em

¹ Acordo lançado em 2002 pelos dez dos maiores bancos de financiamentos de projetos do mundo na qual estabelecem critérios mínimos para a concessão de crédito em projetos que exijam investimentos com um

1990, sendo sancionado em lei que os bancos devem implementar as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

O Brasil possui quatro bancos signatários do documento PE que adotam as Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA), são eles com as suas respectivas data de adoção: Bradesco S.A (2004), ItaúUnibanco S.A (2004), Banco do Brasil (2006), Caixa Econômica Federal (2012) e Banco Votorantim S.A (2016) (Equador Principles Association, 2018).

Em face do contexto apresentado, o objetivo central da pesquisa é analisar o papel dos bancos brasileiros no desenvolvimento sustentável. Para reforçar essa ideia, tomamos como base o estudo de Scholtens (2009) que conclui que a responsabilidade social empresarial tem aumentando nos bancos e no estudo de Hu & Scholtens (2014), onde os autores encontraram indícios de haver uma relação positiva e significativa entre as políticas de RSE e as características dos bancos comerciais nos países em desenvolvimento, como ativos totais e retorno sobre ativos, bem como com características específicas do país, como o desenvolvimento financeiro e a capacidade dos cidadãos de expressarem livremente suas opiniões.

1.1 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*), em 2015 na cidade de Paris, adotou-se um novo acordo cujo objetivo central foi fortalecer a resposta global às ameaças das mudanças climáticas e de reforçar a capacidade dos países em lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O mais atual *Acordo de Paris* foi aprovado por 195 países com o intuito de reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Dos 195 países que assinaram esse acordo, o Brasil adotou em 2016, o processo de ratificação do *Acordo de Paris* tornando-se compromissado oficialmente. Dada a preocupação do mundo para com o meio ambiente, e sendo que as instituições financeiras

custo de capital acima de US \$ 50 milhões, em todos os setores da indústria, globalmente, assegurando que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma socialmente e ambientalmente responsável (Amalric, 2005).

possuem um papel relevante em viabilizar qualquer tipo de projeto empresarial, os bancos se tornaram os canalizadores de recursos financeiros necessários aos investimentos em projetos sustentáveis.

Considera-se deste modo fundamentada a motivação para estudar, o papel dos bancos brasileiros no desenvolvimento sustentável. A motivação para este estudo é reforçada pelo fato dos recursos naturais serem escassos, o que encoraja que as empresas se preocupem em manter uma relação harmoniosa com a natureza e, assim, contribuirem para evitar catástrofes ambientais. A exemplo disso, a catástrofe que aconteceu em 2015 quando a barragem de Fundão se rompeu, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, devido a uma má postura das empresas Samarco, Vale BHP Billiton e VOGBR com o meio ambiente, e que acabou por impactar numa imagem ruim das mesmas no mercado financeiro.

1.2 OBJETIVOS DO TRABALHO

Tal como já foi referido anteriormente, o objetivo geral consiste em estudar *o papel dos bancos brasileiros no desenvolvimento sustentável*. Todavia, além do objetivo principal, existem os objetivos específicos que se procurará atingir, são eles:

- Identificar e caracterizar a RSE de cada banco de acordo com os relatórios anuais e de sustentabilidade;
- Avaliar a evolução de RSE de cada banco, para o período 2009-2016;
- Identificar quais os projetos enquadrados nos Princípios do Equador realizados pelas instituições bancárias de estudo;
- Verificar o grau de cumprimento dos Princípios do Equador.

1.3 RELEVÂNCIA

Considerando-se que as razões que levam os bancos adotarem as políticas de responsabilidades social ambiental são, precipuamente, recentes, tal medida poderá gerar benefícios econômicos social e ambiental à sociedade e ao meio ambiente, como também aos seus acionistas. É relevante avaliar o comportamento dessas instituições financeiras quanto ao cumprimento de seu papel, verificando dessa forma se as mesmas têm respondido de forma positiva aos incentivos fornecidos pelo governo. O papel dos bancos

no desenvolvimento sustentável, para fins deste estudo, reflete a preocupação dessas instituições à prestação de serviços financeiros e ao fornecimento dos mesmos para com o meio ambiente.

Nesse sentido, pesquisas com esse escopo tornam-se relevantes, na medida em que possibilita orientação à elaboração de políticas públicas que tenham por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável. Destarte, busca-se aqui enfatizar na análise econômica e em outras abordagens teóricas multidisciplinares a dinâmica do tema estudado, compreendendo como isso pode afetar o comportamento das empresas financeiras em dinamizar cada vez mais políticas de incentivos a ampliação de projetos sustentáveis.

Espera-se, assim, que os resultados obtidos neste trabalho sirvam a entidades governamentais no sentido de promover investimentos que propiciem solidificar o comprometimento das empresas financeiras com o meio ambiente. Além disso, as análises efetuadas neste estudo podem auxiliar empresários quanto à compreensão do uso de indicadores de sustentabilidade, o comprometimento em gerir a responsabilidade social empresarial e também em relação aos incentivos a projetos sustentáveis.

Ademais, estudos com esse foco contribuem para a elaboração de políticas que visem maior inserção das empresas em ter uma preocupação ao risco de práticas que não visam a responsabilidade socioambiental, como também do poder legislativo em fomentar uma legislação mais segura para preservação da natureza num momento em que o mundo no cenário internacional voltou-se a colocar em pauta essa abordagem.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada da seguinte forma. Na primeira parte do trabalho procedemos à revisão de literatura: marco conceitual do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, abordamos o papel dos bancos, e a relação destes com a responsabilidade social empresarial, os Princípios do Equador e legislação ambiental brasileira. Por fim, apresentamos outros estudos empíricos relacionados com o tema de estudo. Na segunda parte do trabalho encontra-se o nosso trabalho empírico. Começamos pela apresentação da metodologia e da nossa amostra. De seguida, apresentamos e discutimos os resultados obtidos e, por fim, apresentamos as conclusões deste trabalho.

PARTE I

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente secção visa rever a literatura relacionada com a questão abordada. Para isso são explorados os conceitos, tais como: os Princípios do Equador, as leis ambientalistas e o enquadramento dos bancos de estudos acerca da responsabilidade social empresarial interna nas empresas financeiras de estudo.

2.1 MARCO CONCEITUAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

De acordo com o relatório Brundtland da CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998), define-se desenvolvimento sustentável como sendo a combinação de necessidades de desenvolvimento atuais, com aquelas das futuras gerações, de forma a preservar os recursos do planeta, numa perspectiva holística e de longo prazo. Além disso, tal relatório definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento económico, proteção ambiental e equidade social. Essas três dimensões correspondem:

- A sustentabilidade económica, ligada aos impactos económicos causados pelas atividades da empresa nas diversas partes interessadas e nos sistemas económicos;
- A sustentabilidade social, relacionada ao impacto da organização no meio social onde está inserida, podendo assumir abrangência local, nacional ou global.
- E a sustentabilidade ambiental, concernente aos impactos nos sistemas naturais.

Desse modo, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado. Na conferência Rio 1992, o Brasil assumiu postura ambiciosa nas discussões e teve papel determinante na aprovação de documentos cruciais, como a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e as Convenções sobre Biodiversidade, sobre Mudança Climática e sobre Desertificação (Agenda 21, 1995).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a ideia de desenvolvimento sustentável é bastante feliz quando se afirma que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e

preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Se o meio ambiente sadio é um direito, o mesmo também é um dever, que compete a toda a sociedade. A cidadania, mais do que a garantia de direitos, é a responsabilidade pelos destinos da comunidade e, neste caso, da comunidade planetária, de hoje e de amanhã (Agenda 21, 1995).

Quanto ao conceito de responsabilidade social empresarial, a sua evolução tem origem nas questões éticas que envolvem a relação entre empresas e sociedade e na filantropia empresarial². O conceito teórico de responsabilidade social surge na década de 1950, quando a literatura sobre responsabilidade social corporativa aparece nos Estados Unidos e na Europa. A preocupação dos pesquisadores daquela década era com a excessiva autonomia dos negócios e o poder destes na sociedade, sem a devida responsabilidade pelas consequências negativas de suas atividades, como a degradação ambiental, a exploração do trabalho, o abuso econômico e a concorrência desleal (Borger, 2001).

No entanto, para compensar os impactos negativos da atuação das empresas, empresários se envolveram em atividades sociais para beneficiar a comunidade, fora do âmbito dos negócios das empresas, como uma obrigação moral. Assim, a partir da década de 1960 com os estudos e as pesquisas, emergiu uma nova visão da responsabilidade das empresas que vai além da responsabilidade de maximizar lucros, ou seja, implica uma postura pública perante os recursos econômicos e humanos da sociedade e a vontade de ver esses recursos utilizados para fins sociais mais amplos e não simplesmente para os interesses privados dos indivíduos (Borger, 2001).

Desde a década de noventa, as partes interessadas e as organizações não governamentais (ONGs) apelam que as companhias se comportem de forma socialmente responsável. Assim, as empresas passaram a não ser apenas avaliadas nos ganhos financeiros alcançados para os acionistas, mas também sobre as suas contribuições para *stakeholders* e a sociedade (ver, por exemplo, Schäfer, 2005).

Já mais recentemente, a Comissão da Comunidade Europeia (2001, p.4), no seu livro verde sobre o conceito da responsabilidade social empresarial, afirma que “a

²A expressão “filantropia empresarial” está associada a referências históricas como caridade, paternalismo e assistencialismo, que têm uma conotação negativa. Hoje, quando se pensa em filantropia empresarial nota-se consenso sobre a exigência de que esse investimento ocorra como uma política da empresa, e não somente como um compromisso pessoal do empresário (Borger, 2001).

responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”.

No âmbito da Basileia II e III (acordos de regulação bancária internacional), os objetivos dos dois acordos foram a preservação da solidez dos sistemas financeiros, admitindo conceitos mais abrangentes de risco, como a introdução do conceito de risco operacional com o intuito de minimizar as crises financeiras (Silva, Pereira e Lino, 2011). Não obstante, no estudo feito em 2014 pela Iniciativa Financeira do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o Instituto para a Liderança em Sustentabilidade da Universidade de Cambridge, os autores relataram que o atual Acordo de Capital de Basileia III não incorpora questões de forma explícita sobre os riscos ambientais sistêmicos e denota que tais riscos estão sendo ignorados pelos supervisores do sistema financeiro, com algumas notáveis exceções (UNEP FI, 2015). A exemplo disso, diversos governos, sobretudo nos mercados emergentes, como o Brasil, a China e o Perú, já estão utilizando o marco regulatório para gerenciar tais correlações. Há oportunidades no âmbito do atual Acordo de Capital de Basileia para aprender com tais práticas e elevar os padrões internacionais de gestão de riscos sistêmicos (UNEP FI, 2015).

Desde modo, a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de nº 4.327 outorgada pelo BACEN (Banco Central do Brasil) estabelece no Art. 2 que as políticas de responsabilidade socioambiental (PRSA) devem conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas do setor bancário, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que, conforme avaliações da instituição sejam impactadas por suas atividades. As PRSA devem estabelecer diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DOS BANCOS

Os bancos detêm uma posição única no que se refere ao desenvolvimento sustentável devido ao seu papel intermediário na economia. Seus produtos incluem empréstimos,

investimentos, mediação e aconselhamento, pagamentos, garantias e propriedade e confiança de imóveis. Essas atividades centrais geram duas principais fontes de receita: receita de juros e provisão de ganhos. No primeiro caso, um banco está trabalhando em seu próprio nome e risco e, no segundo caso trabalham por conta e risco dos seus clientes. Existem diferentes tipos de bancos, como banco de investimento, banco comercial, *private banking*, *trade finance*, banco electrónico, títulos, financiamento e empréstimos, poupança e assim por diante (Jeucken e Bouma, 1999).

Os lucros tradicionais dos bancos têm consistido em grande parte em ganhos de juros. Por conta disso, mais da metade dos lucros dos bancos são frequentemente gerados através de proventos. Securitização e banca de investimento são exemplos importantes desta mudança, que é de alguma importância no que diz respeito à sustentabilidade, porque envolve a influência cada vez mais direta dos clientes nos investimentos que os bancos fazem (Jeucken e Bouma, 1999).

De acordo com Jeucken (2001), as quatro principais funções das instituições financeiras entre os participantes do mercado em ordem de importância são:

- I. Em primeiro lugar o banco transforma dinheiro por escala. O excedente monetário de uma pessoa não é o mesmo que falta a outra pessoa.
- II. Em segundo lugar, os bancos transformam dinheiro por duração. Credores podem ter superávits de curto prazo de dinheiro, enquanto os devedores geralmente têm uma necessidade de longo prazo por dinheiro.
- III. Em terceiro lugar, os bancos transformam dinheiro por localização espacial (local). Por exemplo, um banco traz dinheiro de um credor de um lugar para outro.
- IV. Quarto e última e que servirá de uso para o trabalho a seguir, os bancos atuam como assessores de risco. Como regra, os bancos estão mais bem equipados para avaliar os riscos de vários investimentos que os investidores individuais que têm excedentes disponíveis. Além disso, por meio de sua escala maior, os bancos são mais capazes de distribuir os riscos.

De acordo com o autor, esta última função, em particular, é importante no que diz respeito à realização de uma sociedade. Os bancos têm sistemas de avaliação de créditos amplos e eficientes e, por causa disso, têm uma vantagem comparativa no conhecimento (em relação às informações específicas do setor, legislação e evolução do mercado). Através

dos conhecimentos financeiros, os intermediários financeiros cumprem um importante papel na redução de assimetria no mercado. Um banco atribuirá um preço a essa redução da incerteza (por meio, por exemplo, de suas taxas de juros). Assim, a diferenciação tarifária para sustentabilidade pode ser justificada do ponto de vista de risco: clientes com alto risco ambiental pagarão taxas de juros mais altas.

As possibilidades de diferenciação tarifária serão ainda maiores se os bancos puderem atrair dinheiro - pagando menos juros por seu próprio financiamento por causa da qualidade relativamente alta e menor risco de sua carteira de crédito. Esta diferenciação tarifária pelos bancos estimulará a internalização dos custos ambientais nos preços de mercado (Jeucken e Bouma, 1999).

Jeucken (2001) argumenta que os bancos desenvolvem novos mercados para vários produtos no lado do seu passivo, que depois são direcionados aos investidores e estes irão optar por usar os seus recursos para fins sociais ou ambientais. Os bancos podem introduzir produtos específicos para atender a essa necessidade, como produtos de pagamento, poupança e investimento. Atividades como estas também podem ter um potencial interessante de marketing e criação de imagens, na medida em que o banco mantém seus produtos tradicionais sendo capaz de oferecer ao cliente uma escolha à medida que seu comportamento de poupança ou investimento é sustentável.

Por conta de os bancos poderem desempenhar o papel de intermediário financeiro tradicional, os mesmos podem criar novos mercados de financiamento, como os mercados de equipamentos de purificação de água e energia sustentável. Os bancos podem, habilmente, entrar nesse mercado em crescimento ou desenvolver produtos específicos, como empréstimos e arrendamentos ambientais. Fundos de Inovação para o financiamento de tecnologia inovadora também pode ser desenvolvido. Desta forma, através de suas práticas de empréstimo, investimento e seguros, e por meio de sua posição intermediária na economia, o impacto de bancos e seguradoras é potencialmente muito alto na promoção do crescimento econômico sustentável (Bouma, Jeucken, e Klinkers, 2001; Jeucken, 2002).

2.3 RELAÇÃO DOS BANCOS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Na literatura, o termo sustentabilidade é acompanhado por termos mais ou menos

sinônimos como responsabilidade social empresarial (RSE) e responsabilidade social corporativa (RSC) (Jutterström e Norberg, 2013; Furusten et al, 2012). Desta forma, a literatura sobre RSC é muito diversificada e não há um consenso sobre a definição de RSE (Scherer e Palazzo, 2007). Apesar disso, há muita pouca coisa escrita sobre o discurso geral de RSE e sustentabilidade, especificamente sobre o discurso da sustentabilidade no setor financeiro. Por isso, acredita-se que a literatura geral sobre os discursos contemporâneos de RSE representa o quadro de argumentos e conceitos em que os atores do setor financeiro estão inseridos (Alexius, Furusten e Löwenberg, 2013).

Segundo esse discurso, a RSE é uma ferramenta vinculada à estratégia, ao lucro e à competitividade. A mesma é vista como um negócio bom em si mesmo, isto é, a partir de uma análise de um discurso bem cauteloso, a RSE é equivalente a um compromisso ético de longo prazo que vai além de um negócio principal. Além disso, em termos de responsabilidade, e além dos componentes do discurso da RSE já mencionado, também identifica a RSE como sendo um projeto colaborativo no qual a organização influencia, inspira e apoia os outros a agir de forma responsável e sustentável (Itänen, 2011).

Para Callio (2006), o discurso geral de RSE é identificado em três tabus discursivos: o tabu dos negócios amorais, o tabu do crescimento econômico contínuo e o tabu da natureza política da RSE. O tabu dos negócios amorais sustenta que os negócios devem ser apresentados como não morais nem imorais. A empresa deve, de acordo com este tabu, ser apresentada principalmente como seguindo as "regras do jogo" - e que usa seus recursos para melhorar a lucratividade e, ao mesmo tempo, seguir leis e regulamentos em conformidade com a lei vigente.

O tabu do crescimento econômico contínuo deriva da ideologia capitalista que repousa fortemente na ideia de que o crescimento econômico pode resolver a maioria dos problemas. Callio (2006) observa que as tentativas de levar as empresas a adotar ideias de responsabilidade ambiental não se tornaram populares até que o conceito de desenvolvimento sustentável foi implementado e popularizado pela Comissão Brundtland em 1987. Tal Comissão, ao invés de denunciar o crescimento econômico, apontou o novo conceito do mesmo para a importância do impacto ambiental e social sem quebrar o tabu do crescimento econômico contínuo.

O terceiro tabu que Callio (2006) menciona, é o tabu da natureza política da RSE. Isso

significa que o discurso não expressa por que as empresas realmente se envolvem na RSE, o motivo primário é uma busca por legitimidade social, uma tentativa de construir uma imagem da organização como "verde" e responsável. O autor argumenta que esses três tabus apontam para aspectos potencialmente importantes de um discurso sobre RSE e sustentabilidade que não são expressos (ou muito raramente expressos) no discurso contemporâneo, apesar das organizações atuais serem retratadas como mais ecológicas e mais responsáveis. Contudo, as principais questões problemáticas são evitadas por causa desses tabus, o que resulta em que a RSE em muitos casos ocasiona uma retórica sedutora e vazia sobre negócios sustentáveis e responsáveis. Neste sentido, para Scherer e Palazzo (2007), a RSC política pode ser entendida como um movimento da corporação na esfera política, a fim de responder a desafios ambientais e sociais, como direitos humanos, aquecimento global ou desmatamento.

Esse último tabu mencionado por Callio (2006) e na perspectiva de Alexius, Furusten e Löwenberg, (2013), é caracterizado como sendo um discurso de responsabilização, interpretado como uma forma de tentar transferir a responsabilidade para os outros. Este pensamento refere-se ao fato de que os produtos dos próprios bancos não são poluentes. Pelo contrário, são os usuários desses produtos que causam impacto no meio ambiente, o que torna muito difícil estimar o impacto ambiental das atividades externas dos bancos. Ainda assim, recentemente, os bancos consideraram que os cuidados ambientais externos exigem interferências nas atividades de seus clientes. Esta é uma das razões pelas quais os bancos têm relutado em promover o cuidado ambiental no lado externo de seus negócios mesmo quando estão expostos ao risco (Jeucken e Bouma, 1999).

2.4 OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR

O surgimento dos *Princípios do Equador* (PE) está fortemente correlacionado com a atuação do Banco Mundial e da *International Finance Corporation* (IFC), seu parceiro financeiro. A ideia de criar diretrizes para o crédito ambiental e socialmente adequado foi lançada em outubro de 2002, num encontro entre o Banco Mundial, a IFC e diversos bancos. Das finalidades dos Princípios do Equador incluem-se: agregar consequências sociais e ambientais desejáveis aos projetos financiados, promovendo o desenvolvimento sustentável nos países de atuação dos bancos; proporcionar aos bancos a identificação, avaliação e gestão dos riscos ambientais e sociais dos empreendimentos financiados; e,

ser um ponto de partida e fornecer ferramentas aos bancos para a implantação de padrões e procedimentos de âmbito socioambiental nos seus negócios.

Em junho de 2003 foi lançada a primeira versão dos “*Princípios do Equador*”, por meio do qual as instituições financeiras adotaram requisitos para a concessão de financiamentos aos grandes empreendimentos, de valor igual ou superior a 50 milhões de dólares. Em julho de 2006 houve o lançamento da II versão desses princípios dando modificações mais significativas em termos de escopo, avaliação ambiental, parâmetros ambientais e sociais, plano de gerenciamento socioambiental, população impactada, auditoria independente e relatórios anuais. Abaixo são listadas essas modificações:

- No escopo modificou o valor mínimo para o financiamento, ou seja, enquanto a versão inicial enfocava o financiamento de projetos com investimento mínimo de 50 milhões de dólares, essa atingiu o financiamento e a consultoria financeira de projetos já na faixa de 10 milhões de dólares concedidos apenas para empréstimos da modalidade *Project Finance*.
- A avaliação ambiental dessa versão exigiu dos empreendedores a realização de uma avaliação Socioambiental (“*Social and Environmental Assessment – SEA*”), englobando os impactos sociais e ambientais da atividade, incluindo também a proteção aos direitos humanos, à saúde e segurança da comunidade, e até aspectos trabalhistas. A versão de 2003 se restringia a exigir a realização de estudo ambiental (“*Environmental Assessment - EA*”) apenas.
- Os parâmetros ambientais e sociais – as instituições financeiras agora exigem que a avaliação socioambiental inclua o compromisso de o empreendedor cumprir as exigências legais do país em que está localizado.
- O plano de gerenciamento socioambiental, os empreendimentos caracterizados como Classe A ou B, considerados de alto e médio impacto socioambiental, tem de manter um Plano de Gerenciamento socioambiental (“*Social and Environmental Management System*”), estabelecendo um cronograma de ações corretivas e capazes de minimizar os riscos e impactos ambientais;

- População impactada – Os projetos ambientalmente impactantes localizados em países em desenvolvimento devem consultar a comunidade afetada pelo empreendimento, incluindo populações indígenas, garantida sempre independência e isenção nesse processo de consulta. O empreendimento também deverá contar com mecanismos de aferição dos pleitos da comunidade e do atendimento respectivo (“*Grievance Mechanism*”); Auditoria independente – a avaliação socioambiental, o Plano de Gerenciamento socioambiental e o *Grievance Mechanism* devem ser aprovados por um auditor externo independente, sem qualquer tipo de vínculo com o empreendedor;
- Relatórios Anuais – As instituições financeiras devem publicar, ao menos anualmente, relação dos projetos submetidos aos *Princípios do Equador* e devidamente aprovados.

Na III versão dos Princípios do Equador lançada em 2013 pelas Instituições Financeiras Signatárias dos Princípios do Equador (EPFIs, sigla em inglês), e a qual seguirá de estudo para o trabalho proposto, as diretrizes aplicam-se não só ao nível global como também em todos os setores da economia. Essa versão está mais atualizada e mais detalhada quanto ao que os bancos devem seguir. Tem-se, portanto o agrupamento de medida tomada na II versão e aprimorada para mais princípios como:

Análise e Categorização – Mesmo já existindo na II versão do PE, essa análise manteve na III versão e que dizer que ao receber um pedido de financiamento de Projeto, a EPFI, como parte do seu processo interno de análise, faz a sua categorização com base na magnitude de seus riscos e impactos socioambientais potenciais. De acordo com Relatório dos Princípios do Equador (2013) tais categorias são:

Categoria A – Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais adversos significativos e que sejam múltiplos, irreversíveis ou sem precedentes; a avaliação ambiental deve contemplar os efeitos positivos e negativos do projeto comparativamente às alternativas viáveis, e recomendar medidas para prevenir, minimizar, mitigar ou compensar impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental. Normalmente é requerido um levantamento ambiental completo, geralmente sob a forma de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Categoria B – Projetos com potencial de riscos e/ou impactos socioambientais adversos limitados, em número reduzido, geralmente local, amplamente reversível e prontamente controlável por meio de medidas mitigatórias. Esses efeitos estão, muitas vezes, restritos a algum local, poucos ou nenhum deles é irreversível e, muitas vezes, as medidas mitigatórias podem ser adotadas mais prontamente do que aqueles da *Categoria A*, permitindo que o escopo da avaliação ambiental seja mais reduzido.

Categoria C – Projetos sem riscos e/ou impactos socioambientais adversos ou com riscos e/ou impactos socioambientais mínimos.

O escopo – na III versão dos Princípios do Equador de 2013, o financiamento e a consultoria financeira de projetos continuava faixa de 10 milhões de dólares e é aplicável aos quatro produtos financeiros quando estes forem utilizados para dar apoio a um novo Projeto. Estes quatro produtos consistem em:

- *Serviços de Assessoria a Project Finance* cujo custo total de capital do Projeto seja igual ou superior a US\$10 milhões.
- *Project Finance* cujo custo total de capital do projeto seja igual ou superior a US\$ 10milhões.
- *Financiamentos Corporativos Dirigidos a Projetos (PRCL)* (inclusive Financiamento a Exportações, na forma de Crédito ao Comprador), desde que contemple todos os quatro critérios abaixo:
 - i A maior parte do financiamento destina-se a um único Projeto sobre o qual o cliente tem Controle Operacional Efetivo (seja este controle direto ou indireto);
 - ii O valor total consolidado do financiamento é de pelo menos US\$100 milhões;
 - iii O compromisso individual da EPFI (antes da formação de um sindicato ou redução da sua participação) é de pelo menos US\$ 50 milhões;
 - iv O prazo do financiamento é de pelo menos dois anos.

- Empréstimos-Ponte com prazo da operação inferior a dois anos, a serem refinanciados por *Project Finance* ou PRCL que atenda aos critérios descritos acima, quando pertinentes.

Padrões socioambientais aplicáveis - o processo de avaliação deve, antes de qualquer coisa, verificar a conformidade do Projeto com a lei, as regulamentações e licenças pertinentes do país anfitrião no âmbito socioambiental;

Sistema de gestão ambiental e social e plano de ação dos Princípios do Equador - para todos os Projetos das categorias A e B, a EPFI solicitará que o cliente desenvolva ou mantenha um Sistema de Gestão Ambiental e Social (ESMS, da sigla em inglês). O cliente deve elaborar um Plano de Gestão Socioambiental (ESMP, da sigla em inglês) para lidar com questões surgidas durante o processo de avaliação e para incorporar ações requisitadas para que o Projeto esteja em conformidade com os padrões aplicáveis;

Engajamento das partes interessadas - para todos os projetos das categorias A e B, a EPFI exige que o cliente demonstre o engajamento efetivo de partes interessadas, como um processo contínuo, estruturado e culturalmente apropriado, junto às comunidades afetadas e, quando pertinente, junto a outras partes interessadas. Quando o Projeto tiver potencial de gerar impactos adversos significativos sobre as comunidades afetadas, o cliente deve promover um processo de consulta e participação informada;

Obrigações contratuais - em todos os projetos, o cliente se comprometerá, por meio dos instrumentos contratuais de financiamento, a atuar em conformidade a leis, regulamentações e licenças socioambientais pertinentes do país anfitrião em todos os aspectos relevantes.

Nesse sentido, o processo de avaliação dos projetos deve, antes de tudo, verificar a conformidade do Projeto com a lei, as regulamentações e licenças pertinentes do país anfitrião no âmbito socioambiental. As EPFIs operam em diversos mercados: uns com governança socioambiental, estruturas jurídicas e capacidades institucionais robustas que visam proteger a população e o meio ambiente; e outros com capacidade institucional e técnica de gerenciar as questões socioambientais em evolução.

No caso brasileiro, o PE está relacionado com a Resolução CMN nº 4.327, onde no Art.

5º norteia que o risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas, além que o gerenciamento do risco socioambiental dos bancos deve considerar:

- Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- Registo de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação;
- Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Dada à caracterização dos projetos do PE e em conformidade com a resolução CMN de nº 4.327, o Art. 8º menciona que as instituições financeiras devem estabelecer critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco aquando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais. Neste sentido, faz-se notar que para os projetos serem monitorados pelos bancos signatários brasileiros, é preciso que os mesmos estejam em conformidade com a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938). Pois, de acordo com o Art. 10 dessa lei, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente.

Assim, as instituições bancárias são responsáveis em avaliar a conformidade do Projeto com os Princípios do Equador e garantir tanto o monitoramento contínuo quanto a divulgação de informações após a conclusão da operação financeira e ao longo da duração do financiamento. Vale a ressalva que, tanto para os projetos de *Categoria A* como os da *Categoria B*, os bancos devem contratar um consultor socioambiental independente ou que o cliente mantenha especialistas externos qualificados e experientes para verificar as

informações de monitoramento que serão compartilhadas com o banco (Amalric, 2005).

Posto isto, tendo sido os projetos devidamente informados e guiados, os bancos, através das suas decisões de investimento, condições de financiamento e acompanhamento das empresas, tornaram-se um instrumento de governança ambiental. Tal pensamento é criado devido aos bancos possuírem a capacidade de fornecer alavancagem financeira, e exercerem influência considerável sobre a maioria das atividades econômicas, seja do indivíduo lutando para fazer o pagamento da sua hipoteca, seja dos diretores de uma empresa multinacional voltada para os investidores (Comissão Europeia, 1997).

No Brasil, já se aplica o Protocolo Verde, que é um acordo firmado com bancos públicos e privado para a elaboração de um pacote de medidas socioambientais no setor onde os mesmos se tornam signatários do PE. A carta de intenções desse protocolo prevê, principalmente, que os bancos públicos deixem de financiar projetos e empreendimentos que apresentem problemas ambientais. Logo, os bancos se comprometem a empreender políticas e práticas bancárias que sejam precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental (Protocolo Verde, 1995). Contudo, retifica que os Princípios do Equador servem como uma base e uma estrutura para o desenvolvimento de políticas, procedimentos e práticas socioambientais individuais e internas. Os mesmos, não criam direitos nem obrigações para nenhuma entidade, pública ou privada. As instituições financeiras adotam e implementam os Princípios voluntariamente e de forma independente, sem depender nem recorrer à IFC, ao Grupo Banco Mundial, à Associação dos Princípios do Equador ou a outras EPFIs. Logo, cabem às leis e regulamentações locais a eficácia do cumprimento de tais políticas ambientais, caso haja uma situação de conflito evidente entre a legislação e as regulamentações aplicáveis e requisitos estabelecidos pelos Princípios do Equador.

2.5 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E O CRÉDITO

Embora a legislação básica de referência aos bancos seja a Lei Federal 4.595/1964, conhecida como Lei da Reforma Bancária, paulatinamente, os bancos foram chamados à responsabilização e a análise de crédito passou a incorporar as externalidades, não só do campo econômico financeiro, mas também de outros campos como o das relações de consumo e do meio ambiente.

Dada a falta de previsão e regulamentação da Lei 4.595/1964, no que se refere à responsabilidade civil dos bancos, em termos de responsabilização independentemente de culpa, a teoria do risco profissional³ tem sido utilizada por parte da doutrina para suprir essa necessidade. Esta teoria se apóia no pressuposto de que o exercício de atividades com fins lucrativos incorpora os riscos dos danos gerados, isto é, a defesa de que a responsabilidade deve recair sobre aquele que auferir os benefícios ou lucros da atividade que explora (Diniz, 2006).

Neste momento, a Lei Federal 6.938/1981, também conhecida como Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, introduziu na legislação brasileira não só o conceito de desenvolvimento sustentável, como também, estabeleceu o princípio do "poluidor-pagador", segundo o qual o peso da preservação do meio ambiente e a reparação do dano ambiental recaem sobre o responsável pela realização da atividade poluente e o princípio do "usuário paga", que - embora atualmente se aplique apenas aos consumidores de recursos hídricos em certas regiões do país - procura impor compensação pelo uso comercial dos recursos naturais (Berto, 2006).

Todavia, com o advento do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, equiparou a prestação de serviços bancários de natureza onerosa às relações de consumo (Stoco, 2004). Com tal equiparação, consignada no parágrafo 2º, do artigo 3º da Lei, os riscos do consumidor foram transferidos para o fornecedor – leia-se, nesse caso, os bancos -, estabelecendo responsabilidade civil objetiva para todos os casos de acidente de consumo, quer decorrentes do fato do produto, quer do fato do serviço (Cavaliere Filho, 2000).

Desta forma, com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81), o crédito bancário no Brasil passou a ser considerado como um dos instrumentos de comando e controle ambiental. Além de que à Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998), que aborda as situações em que a atividade bancária possa ser considerada lesiva ao meio ambiente, corroborou cada vez mais esse pensamento, inclusive no tocante à atuação dos gestores

³ A teoria do risco está contida na teoria da responsabilidade objetiva. Esta última está presente em legislação especial destacadas no Decreto n. 2.681/12, que dispõe sobre as estradas de ferro; na Lei n. 7.565/86; no Código Brasileiro de Aeronáutica; no Decreto-lei n. 227/67; no Código de Mineração; no Código de Defesa do Consumidor e no Código de Trânsito Brasileiro. Em nível constitucional está presente na Administração Pública, prevista no § 6º do art. 37 da CFB, e na responsabilidade em acidentes nucleares, prevista em seu art. 21, XXIII, "c".

dos bancos (gestão de fraude ambiental.). Esta lei prevê sanções penais e administrativas tanto para os bancos quanto para seus administradores, sejam eles cometidas através das decisões legais, contratuais ou coletivas para os seus próprios interesses (Berto, 2006; Deniz, 2006).

A revisão do Protocolo Verde de 1995 em 2008 pelos representantes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e representantes do governo federal, traduziu-se no compromisso de melhorar os esforços na implementação dos Princípios Norteadores e respectivas Diretrizes do Protocolo Verde (2008, Cláusula Segunda), a seguir enumerados:

1 - Financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental.

1.1 – Diretrizes:

a) aprimorar, continuamente, o portfólio de produtos e serviços bancários destinados ao financiamento de atividades e projetos com adicionalidades socioambientais;

b) oferecer condições diferenciadas de financiamento (taxa, prazo, carência, critérios de elegibilidade, etc.) para projetos com adicionalidades socioambientais;

c) orientar o tomador de crédito, de forma a induzir a adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis.

2 - Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente.

2.6 ESTUDOS RELACIONADO AO TEMA DE ESTUDO

Nesta secção apresentamos os estudos identificados na literatura sobre atividades de RSE no setor bancário no Brasil e no mundo. Por exemplo, Ventura e Vieira (2007) fizeram um estudo para compreender a dinâmica de institucionalização da responsabilidade social corporativa no campo das Organizações Bancárias no Brasil. A pesquisa de campo considerou cerca de trinta organizações, incluindo análise documental e entrevistas. O

estudo constatou que, por ser uma ação marginal isolada, a RSE nos últimos dez anos é hoje uma ação estruturada nas organizações bancárias.

Neto (2014) verificou a relação entre o setor bancário português e a responsabilidade ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo envolveu a análise da evolução do conceito de desenvolvimento sustentável no contexto internacional, europeu e nacional, do papel que as instituições financeiras e o setor bancário desempenham na promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo permitiu constatar que nem todos os bancos portugueses adotam os instrumentos de apoio à gestão ambiental ainda que seja de forma voluntária e, também, a participação dos bancos nos índices de sustentabilidade onde são incluídas as empresas que melhor aplicam critérios sociais, ambientais e éticos. O índice mais importante para o setor bancário foi o *Dow Jones Sustainability Index*.

Felicio (2014) procurou compreender a evolução dos Princípios do Equador ao longo do tempo, e a sua importância como ferramenta de gestão do risco de crédito, risco ambiental e risco reputacional no campo do *Project Finance*. Os resultados obtidos mostraram que os PE têm tido uma evolução positiva ao longo da sua existência, consistindo numa ferramenta útil para a gestão dos riscos relacionados com o *Project Finance*. O autor argumenta que os bancos estão expostos à crítica mundial, principalmente por parte das ONGs, quando estes financiam grandes projetos em países não desenvolvidos e, por isso ficam expostos ao risco reputacional que advém do risco ambiental inerente ao próprio projeto e à falta de legislação no país onde este é realizado. Desta forma, o processo proposto pelos PE, quando bem implementado, permite um acompanhamento e capacidade de gestão dos riscos ambientais inerentes aos grandes projetos.

Dias e Machado (2007) analisaram a incorporação da sustentabilidade ambiental na gestão dos bancos através da iniciativa dos Princípios do Equador. Os autores procuraram contextualizar as influências dos Princípios do Equador sobre a rotina de atividades dos bancos brasileiros signatários, e relacionou como instrumento de disseminação da cultura ambiental no sistema bancário brasileiro. De acordo com os autores, os fatores que mais facilitam a implantação dos PE no Brasil são as pressões das ONGs internacionais, a competição entre bancos gerada pela adesão aos Princípios, a conscientização do investidor, a competitividade do mercado externo e a legislação brasileira rigorosa. Ainda assim, a pesquisa não conseguiu uma conexão clara dos possíveis benefícios dos PE aos

bancos que o adotassem, especialmente os bancos brasileiros. Contudo, a legislação de diversos países, inclusive do Brasil, abre a possibilidade dos bancos serem responsabilizados por dano ambiental causado pelos seus parceiros de negócios, sendo obrigados a atentar para as questões ambientais em todo o seu *core business*, uma vez que o risco ambiental se tornou mais uma modalidade de risco legal.

Visser (2008) mapeou o papel crucial das responsabilidades das empresas no combate à pobreza e que atuam de maneira responsável nos países em desenvolvimento. O autor também propôs diferentes maneiras de categorizar a literatura sobre responsabilidade social corporativa (RSC) nos países em desenvolvimento. Em seguida, analisou a pesquisa em nível global e regional, antes de considerar os principais condutores de RSE nos países em desenvolvimento. Por fim, propôs um modelo de RSE nos países em desenvolvimento, antes de concluir com um resumo e recomendações para pesquisas futuras. Os resultados obtidos mostraram que a RSC nos países em desenvolvimento é uma área rica para investigação, que está se tornando cada vez mais importante na teoria e na prática da RSC.

Hu & Scholtens (2014) investigaram as políticas de responsabilidade social corporativa (RSC) de bancos comerciais em países em desenvolvimento. A análise se baseou numa amostra de 402 bancos de 44 países. Os autores descobriram que há uma diferença significativa em relação à pontuação de RSC entre os bancos e os países. Existem diferenças significativas entre bancos de diferentes países sobre vários aspectos da RSE. Os autores atribuem essas diferenças às características do banco (como tamanho e retorno dos ativos), em parte, às características do país (renda per capita, o grau de abertura, desenvolvimento financeiro e índice de sustentabilidade). Além disso, várias características do banco – tanto financeiro e não financeiro – impactam nas políticas de RSE dos bancos. Contudo, os autores concluem que a maioria dos bancos comerciais nos países em desenvolvimento têm um desempenho relativamente bom em questões sociais, mesmo que ainda sejam bastante pobres em relação a performance de gestão ambiental, códigos e produtos responsáveis.

No trabalho de Scholtens (2009) e com base no modelo de RSE proposto por Visser (2008), o autor desenvolveu uma estrutura para avaliar a responsabilidade social empresarial dos bancos. Aplicou esta estrutura a mais de 30 instituições financeiras e

encontrou diferenças significativas por bancos, por países e por regiões. Desta maneira, a pesquisa mostrou que os bancos dos Países Baixos, Alemanha, França e Reino Unido, em média, alcançaram a maior pontuação de RSE. Os bancos da Suécia, Itália e Japão tiveram a menor pontuação. Quanto aos resultados bancários individuais, o banco Rabobank holandês teve a maior pontuação. Para o autor, existe uma associação positiva e significativa entre a pontuação de RSE de um banco e o seu tamanho e qualidade. O autor ratifica que responsabilidade social dos bancos de estudo melhorou entre 2000 e 2005.

Wise e Ali (2009), a partir de análise de conteúdo dos relatórios anuais de três estudos de casos no setor bancário de Bangladesh, observaram que as divulgações de responsabilidade social corporativa se concentraram em iniciativas tomadas para apoiar dois setores críticos na economia de Bangladesh: agricultura e setor de PMEs.

Abbott e Monsen (1979) desenvolveram uma escala de divulgação do envolvimento social corporativo, baseada na análise dos relatórios anuais das empresas da Fortune 500. Os autores utilizaram seis áreas em análise como: ambiente, produtos, igualdade de oportunidades, pessoal, envolvimento da comunidade e outras divulgações. Com base nisso três resultados foram mostrados: (1) a mudança ao longo do tempo do envolvimento social dessas corporações, (2) a direção e o escopo desse envolvimento e (3) o efeito que o envolvimento social corporativo parece ter na lucratividade corporativa.

Sharma (2011) utilizou uma lista de principais áreas para relatar atividades de RSE pelos bancos indianos como: bem-estar infantil, bem-estar comunitário, educação, meio ambiente, saúde, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, treinamento vocacional, empoderamento das mulheres, proteção à criança e emprego e concluiu que o setor bancário na Índia está mostrando interesse em integrar a sustentabilidade em seus modelos de negócios, mas suas práticas de relatórios de RSE estão longe de ser satisfatórias.

Beckman, Colwell e Cunningham (2009) estudaram como e por que a RSE surgiu em países desenvolvidos. Para abordar esse conhecimento os autores usaram o Chile como um caso de teste e realizaram uma série de entrevistas em profundidade com líderes de iniciativas de RSE. Os autores descobriram que embora existam semelhanças nos condutores de RSE nos países desenvolvidos, ainda assim, existem diferenças distintas

também em países subdesenvolvidos. Em contraste com outras geografias onde a demanda do consumidor e regulamentação governamental forneceram o ímpeto para os esforços de RSC, as empresas multinacionais (MNCs) e organizações não governamentais (ONGs) são atores-chave no Chile.

Lindgreen, Córdoba, Maon e Mendoza (2010), depois de definirem um quadro para classificar e analisar as estratégias das organizações sociais obtiveram evidências empíricas de 10 estudos de caso na Colômbia de como as organizações podem construir o seu envolvimento social ao se envolverem em práticas mais sofisticadas de RSE.

Mio e Venturelli (2012) compararam as divulgações de sustentabilidade dos relatórios anuais de 50 empresas de topo listadas (por número de empregados) em dois países - Itália e Reino Unido - que têm diferentes sistemas legais. O estudo examinou que as empresas do Reino Unido (com um sistema de lei comum), em termos de sustentabilidade são muito mais evoluídas do que na Itália (com um sistema de direito civil), cuja cultura é menos propensa à divulgação. Os resultados desta pesquisa empírica confirmaram que o processo de relato da sustentabilidade, as informações nos balanços patrimoniais das empresas listadas, especialmente no caso da Itália, não são completas. Os autores argumentam que esse processo necessita de um forte impulso de todos: das instituições, das profissões e das próprias empresas, que em primeiro lugar não têm tanto para desenvolver um nível de sensibilidade à RSE e suas implicações no nível gerencial, como, em particular, a capacidade de comunicar informações significativas sustentabilidade para os que estão fora da empresa. Ainda assim relataram que muitas empresas, apesar de terem uma abordagem proativa para RSE dentro delas, as mesmas não relatam suas atividades nem os resultados que alcançam no ambiente social devido a um baixo nível de comunicação organizacional entre os responsáveis pelas questões de responsabilidade ambiental (Gerente de RSE, Gerente de RH, CEO, Gerente Geral, etc.) e os responsáveis para o relatório econômico-financeiro e controle interno.

Por último, também encontramos autores que analisaram a relação entre RSE e o desempenho financeiro dos bancos. Por exemplo: Heinze (1976), e Cochran e Wood (1984), relataram uma correlação positiva entre a responsabilidade social corporativa e a lucratividade das empresas. Lee e Douglas (1997), Wu (2006) e Margolis et al. (2003) realizaram vários trabalhos e as análises culminaram para um efeito global positivo entre

RSE e desempenho financeiro.

Em suma, a Parte I deste trabalho apresentou a revisão de literatura relacionada com a questão de pesquisa que suporta o estudo empírico que iremos apresentar de seguida. Para isso foram explorados conceitos, eventos e suas implicações, associados ao conceito de desenvolvimento sustentável. Também tivemos oportunidade de verificar que a literatura no tema de pesquisa é muito abundante e que questões como essas continuam a ter a sua pertinência. O ambiente institucional e legal do Brasil foi apresentado, bem como enquadrámos a responsabilidade social empresarial nas intuições financeiras.

PARTE II

3 ESTUDO EMPÍRICO

Neste capítulo é apresentada a metodologia seguida neste estudo, à seleção e apresentação dos bancos que constam da nossa amostra.

3.1 METODOLOGIA

Face aos objetivos definidos para este trabalho, numa primeira fase procuramos identificar bancos que se afirmam como aderentes às diretrizes do PE. Desta fase da pesquisa foram selecionados os bancos constantes na nossa amostra. De seguida, procedemos à recolha dos relatórios anuais e de sustentabilidade destes bancos a fim de serem analisados à luz de um índice de divulgação de RSE (com base nos trabalhos de Scholtens (2009) e Hu & Scholtens (2014)), para o período 2009-2016. Desde a I versão e da II versão ambas lançadas em 2003 e 2006 respectivamente. O trabalho usou a III versão do PE visto que, não houve por parte das versões anteriores exclusão de princípios, mas sim aprimoramento dos mesmos abrangendo vários outros princípios conforme descrito na revisão de literatura. Consequentemente, não teve implicações negativas o uso dessa versão no nosso trabalho.

Neste estudo priorizou-se a metodologia através da pesquisa exploratória, essencialmente qualitativa, uma vez que não há muito conhecimento acumulado sobre a introdução do PE no modelo de negócios dos bancos com tamanha percussão. Tal como referido anteriormente, para aferir do desempenho dos bancos relativamente a RSE, utilizamos os trabalhos de Scholtens (2009) e Hu & Scholtens (2014), referente às variáveis pré-selecionadas no Quadro 1 para a construção da matriz junto com as diretrizes ditas acima.

A escolha pela replicação do índice de divulgação e do método utilizado pelos autores acima citados foi tomada por considerarmos que essa estrutura enfoca os principais elementos-chave das políticas de RSE formuladas por Visser (2008), e pode ser facilmente aplicada devido às informações disponíveis publicamente pelas empresas nos seus relatórios. Desta forma, este foi o método considerado mais adequado e mais detalhado para averiguar do desempenho e cumprimento, pois cada relatório possui uma vasta informação e, através deste método procurou-se os termos selecionados por constituírem os principais elementos-chave das políticas de RSE e também para permitir comparabilidade dos resultados obtidos. Assim, conforme escrito no Quadro 1, a estrutura

de divulgação é constituída por quatro grupos de indicadores: (1) códigos de ética, relatórios de sustentabilidade e sistemas; (2) gestão ambiental; (3) produtos financeiros responsáveis e (4) conduta social.

No primeiro grupo, as variáveis refletem o comprometimento dos bancos com o comportamento responsável. As empresas podem adotar códigos de ética, relatórios de sustentabilidade e sistemas de gerenciamento ambiental para melhorar sua RSE. Os outros três grupos estão relacionados ao conteúdo das políticas de RSE.

No segundo grupo, as variáveis refletem como os bancos respondem às questões ambientais. O terceiro grupo indica em que medida um banco está comprometido com o desenvolvimento sustentável nas suas linhas de produtos e mostra se possui produtos projetados para o propósito específico de avanço da RSE. O quarto grupo de indicadores é sobre conduta social. Aqui, avalia-se o compromisso social interno e externo. O comprometimento social interno está relacionado com as formas pelas quais o banco lida com a sua força de trabalho e o compromisso externo se refere à sua atitude e comportamento em relação à sociedade. Face ao trabalho de Scholtens (2009), optou-se por substituir a variável “*Who Cares Wins*” por “*Princípios para Investimento Responsável (PRI)*”⁴ por se entender que se adapta melhor aos bancos brasileiros e, também, porque não encontramos a sua definição no trabalho de referência.

É importante salientar que aferimos o desempenho do banco em relação aos nossos objetivos de pesquisa através da informação que o próprio banco publica, através dos seus relatórios e *website*. Ressalva que quando os bancos não relatam ser ativos em relação a algum indicador considerado no nosso índice, assumimos que de facto não realizam. Neste sentido, para avaliar o desempenho dos bancos, procedeu-se à análise dos relatórios tendo por base o índice definido no Quadro 1, onde cada item tem o mesmo peso no índice. Por exemplo, para aferir o desempenho ambiental de um banco, e a gestão ambiental tem previstos 10 indicadores, então se verificamos informação positiva (valor 1 para cada item) em seis indicadores, este banco tem uma pontuação de 60% para o grupo “gestão ambiental”.

⁴É uma iniciativa desenvolvida por investidores institucionais líderes e lançado desde 2006 pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) e pelo Pacto Global das Nações Unidas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os princípios para o Investimento Responsável (PRI) incluem critérios ambientais, sociais e de governança e também fornecem um marco para o alcance de melhores retornos de investimentos de longo prazo e mercados mais sustentáveis (PRI, 2007).

Quadro 1 – Elementos-chaves das políticas de RSE

Grupo	Indicador	Código de pesquisa	Operacionalizão
1. Código de ética, relatório de sustentabilidade e sistema de gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Sustentabilidade • Sustentabilidade da Carta Comercial da ICC (Câmara de Comércio Internacional) • UNEP FI (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Iniciativa Financeira) • Princípios do Equador • Global Compact • Principios para Investimento Responsável (PRI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente, funcionários, sociedade • ICC • UNEP FI 	<ul style="list-style-type: none"> • sim (1) ou não (0) • adotado (sim / não) • adotado (sim / não) • adotado (sim / não) • adotado (sim / não) • participou em publicação (sim / não)
2. Gestão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Certificado de Sistema de gestão • Política ambiental • Gestão da cadeia de abastecimento • Quantitativo ambiental e metas de gerenciamento • Transparência de desempenho • Gestão de risco em empréstimos • Exclusão de indústrias específicas • Diretrizes do Banco Mundial • Diretrizes OCDE • Gestão de Fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> • EMAS • ISO 14001 • Política ambiental, verde, energia • Meta ambiental • Transparência • Gestão de risco ambiental • Exclusão, setores • Banco Mundial • OCDE • Responsabilidade socioambiental na aquisição de produtos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • sim ou não • sim ou não • políticas ambientais (sim / não) • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não • adotado (sim / não) • adotado (sim / não) • sim ou não
3. Produtos financeiros responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento socialmente responsável • Economia socialmente responsável • Financiamento Sustentável • Microcrédito • Serviços de consultoria ambiental • Produtos climáticos • Outros produtos de sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Investindo • Salvando • Financiamento • Microcrédito • Conselho • Clima 	<ul style="list-style-type: none"> • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não
4. Conduta social	<ul style="list-style-type: none"> • Patrocínio • Envolvimento da comunidade • Treino e educação • Diversidade e oportunidades • Feedback dos funcionários • Ética de negócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Patrocinador, comunidade, suporte • Doação voluntária • Treinamento, educação financeira • Diversidade, mulheres, gênero, minoria • Feedback, • Código de conduta, ética 	<ul style="list-style-type: none"> • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não • sim ou não

Fonte: Adaptado dos trabalhos de Scholtens (2009) e Hu & Scholtens (2014).

Desde já assumimos que este tipo de pesquisa apresenta várias limitações. Primeiro, parte de uma lista de bancos signatários que adotam o PE, para o período 2009-2016, portanto, tem-se um número limitado de bancos. Em segundo lugar, não consideramos a governança e o desempenho econômico-financeiro, que são considerados relevantes no quadro «triple P» (*people-planet-profit*). Em terceiro lugar, a pontuação atribuída (0 se não relata sobre o item ou 1 se relata) não permite aferir do grau ou intensidade pelo qual o banco satisfaz esse(s) indicador (es). Também o impacto dos critérios não é elaborado. Por exemplo, se é suficiente para um banco receber uma pontuação de 1 ponto quando oferece um fundo de investimento socialmente responsável, quando outros bancos também receberão pontuação 1 mas oferecem uma maior quantidade de fundos desse tipo.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Para a seleção da amostra de estudo foi utilizada a 14ª edição do estudo sobre o Desempenho dos Bancos, produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2018 que apresentou os cinco maiores bancos brasileiros em ativos, lucros expressivos e patrimônio líquido. De acordo com o estudo, o banco Itaú Unibanco ainda é o maior banco do país, com ativos totais de R\$ 1,54 trilhão alta de 6,5% em relação ao ano de 2017. Os ativos do Banco do Brasil ficaram praticamente estáveis, totalizando R\$ 1,45 trilhão. No Bradesco, os ativos cresceram 4,2%, chegando a R\$ 1,24 trilhão. O Santander, por sua vez, apresentou o maior crescimento, (13,2%) e atingiu R\$ 739,1 bilhões. A Caixa chegou a R\$ 1,27 trilhão em totais de ativos.

O estudo mostrou também que quase da metade dos ativos dos cinco bancos é composta pelas operações de crédito (mais de 46%). O saldo total dessas carteiras aumentou 2,5% e atingiu R\$ 2,9 trilhões em relação ao ano de 2017. O banco Santander registrou a maior subida com 13,3%, chegando a R\$ 368,2 bilhões. As operações de crédito da Caixa e do Banco do Brasil tiveram queda de 2,9% e 1,5%, somando R\$ 695,3 bilhões e R\$ 685,5 bilhões, respectivamente. No Bradesco, a carteira de crédito chegou a R\$ 515,6 bilhões, com alta de 4,5%. Já a carteira do Itaú obteve crescimento de 6,1% e totalizou R\$ 623,3 bilhões (Dieese, 2018).

Quanto ao patrimônio líquido (PL) ou “capital próprio” dos cinco maiores bancos em relação ao ano de 2017 apresentou crescimento médio de 8,8%, totalizando R\$ 480,3 bilhões. O maior crescimento foi o da Caixa (22,0%), R\$ 80,4 bilhões. Em seguida, vem o Banco do Brasil, com alta

de 13,1%, atingindo um montante de R\$ 102,6 bilhões. No Bradesco, o aumento foi de 5,8%, atingindo R\$ 113,0 bilhões. O capital próprio do Santander teve alta de 4,9% e chegou a R\$ 62,5 bilhões (o menor dos cinco). O capital próprio do Itaú, por sua vez, apresentou a menor variação no período (alta de 2,9%, somando R\$ 121,8 bilhões – o maior entre os cinco bancos).

A escolha dos cinco maiores bancos para a seleção de estudo deu-se porque esses bancos são signatários dos Princípios do Equador da III versão de 2013 e também por serem os bancos que representam em maior peso na economia brasileira. Ainda segundo o estudo da Dieese (2018), esses bancos obtêm os maiores lucros líquidos no país. O maior lucro do primeiro período de 2018 foi obtido pelo banco Itaú Unibanco: R\$ 12,8 bilhões, com crescimento de 3,7% em 12 meses. O segundo lugar é do banco Bradesco, com R\$ 10,3 bilhões e crescimento de 9,7%. No banco Caixa, o lucro líquido também atingiu uma marca histórica para um semestre e chegou a quase R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 63,4%, a maior variação no período. O Banco do Brasil apresentou lucro líquido de R\$ 6,3 bilhões, com evolução de 21,4%. Já o Santander obteve um lucro líquido gerencial de R\$ 5,9 bilhões, com crescimento de 27,5%.

Em síntese, a nossa amostra é constituída pelos cinco maiores bancos brasileira em 2017, apresentados de seguida, por ordem alfabética:

- Banco do Brasil
- Bradesco
- Caixa Económica Federal
- Itaú
- Santander.

3.3 APRESENTAÇÃO DOS CASOS A ESTUDAR

3.3.1 BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades anónimas, controlada pelo Governo Federal. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização,

corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (CVM, 2017). O Banco do Brasil alcançou R\$ 130,5 bilhões e tinha 100.622 funcionários em 2016, sendo 41.549 do gênero feminino e 59.073 do gênero masculino (Relatório Anual, 2016).

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições (CVM, 2017).

3.3.2 BRADESCO

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil. O Bradesco é um banco múltiplo, isto é, um banco que opera nas carteiras de Banco Comercial, Banco de Investimento, Banco de Desenvolvimento, Arrendamento Mercantil, Crédito Financiamento e Investimento, Financiamentos e, por isso, está presente em todos os municípios brasileiros. Trata-se de um banco constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário que atende tanto pessoas individuais como coletivas (empresas), na qual atua como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

O Banco possui uma base superior a 100 mil funcionários – corpo técnico e profissional de excelência que se fortaleceu com o ingresso de 20.280 colaboradores do HSBC Brasil, fruto da maior aquisição em 2015. O banco possui R\$ 95,9 bilhões em valor de mercado (Bradesco, 2016).

3.3.3 BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

A Caixa Econômica Federal (ou CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei 759/1969, sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, integra o sistema financeiro nacional, auxilia na execução da política de crédito do governo federal e se sujeita às normas e decisões dos órgãos competentes e à fiscalização do Banco Central do Brasil. O Decreto de nº 8.830 foi publicado em 2016 no Diário Oficial da União, atualizando o capital social da CEF em R\$ 24,8 bilhões exclusivamente integralizados pela União. A Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), determinou o quadro total de funcionário da CAIXA em 97.732 mil.

A sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. As suas atividades bancárias são por meio da captação e aplicação de recursos, em operações comerciais, cambiais, imobiliárias e rurais, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social. Inclui também atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários e a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguridade e Caixa Participações S/A (CAIXAPAR).

3.3.4 ITAÚ UNIBANCO

O Itaú S.A é uma sociedade que tem por objeto participar no capital de outras empresas e está continuamente analisando novos investimentos e avaliando potenciais operações que agreguem valor a seus acionistas. O seu valor de mercado é R\$ 141 bilhões, e conta com 94.779 colaboradores em 2016, principalmente por conta da consolidação do Itaú CorpBanca no segundo trimestre de 2016. É um banco múltiplo, com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos diversos tipos de clientes: grandes, micro e

pequenas empresas, varejo, pessoas físicas com rendimentos elevados, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Esse modelo de negócio gerado entre os bancos brasileiros cria oportunidades para melhorar o relacionamento com os clientes e, dessa forma, aumentar a participação no mercado e a receita de comissões.

3.3.5 BANCO SANTANDER

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede em Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio.

No Brasil, e apenas neste país, o banco conta com cerca de 47 mil funcionários. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários).

De seguida apresentamos os resultados empíricos obtidos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo refere-se aos resultados encontrados para a caracterização da RSE individual de cada banco de estudo com suas respectivas explicações durante o período de 2009 até 2016.

4.1 CARACTERIZAÇÕES DA RSE DE CADA BANCO DE ACORDO COM OS RELATÓRIOS DOS BANCOS

Com base na matriz de RSE e o método que apresentámos no capítulo anterior, começamos por caracterizar em síntese o desempenho da nossa amostra, para o período 2009 a 2016, tal como consta na Tabela 1.

Tabela 1– Desempenho individual dos bancos em relação aos indicadores de RSE no período de 2009 até 2016

N	Indicadores	Bradesco	Caixa	BBrasil	Itaú Unibanco	Santander
	Códigos, relatórios e sistemas					
1	Relatório de Sustentabilidade	Sim	Sim	Não	Sim	Não
2	Desenvolvimento Sustentável da Carta Comercial (ICC)	Não	Não	Não	Não	Não
3	UNEP FI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Princípios do Equador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
5	Pacto global	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Gestão ambiental					
7	Política ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8	Sistema de gestão ambiental certificado ISO 14001	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
9	Sistema de gestão ambiental certificado	Não	Não	Não	Não	Não
10	Gestão da cadeia de abastecimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11	Metas de gerenciamento ambiental quantitativo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12	Transparência de desempenho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
13	Gestão de risco ambiental em empréstimos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
14	Exclusão de setores específicos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	Diretrizes do Banco Mundial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
16	Diretrizes da OCDE	Não	Não	Não	Não	Sim
	Produtos financeiros					
17	Investimento socialmente responsável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
18	Economia socialmente responsável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
19	Financiamento Sustentável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
20	Microcrédito	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
21	Serviços de consultoria ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
22	Produtos climáticos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
23	Outros produtos de sustentabilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conduta social					
24	Patrocínio	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
25	Envolvimento da comunidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
26	Treino e educação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
27	Diversidade e oportunidades	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
28	Feedback dos funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
29	Ética de negócios	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Relatórios dos Bancos

As Tabelas 2 a 6 apresentam as pontuações padronizadas individualizadas dos cinco bancos da amostra, para os 29 indicadores de RSE da Tabela 1. De acordo com os resultados da

pesquisa, todos os bancos publicam relatório de sustentabilidade exceto o Banco do Brasil e o banco Santander. Os bancos analisados também adotam as diretrizes do Banco Mundial, as diretrizes dos Princípios do Equador, principalmente sua III versão lançada em 2013, o Pacto Global e por último as diretrizes dos Princípios para Investimento Responsável (PRI), com exceção do banco Caixa.

Tabela 2– Desempenho individual do Banco do Brasil em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016

BBrasil								
RSE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Códigos, relatórios e sistemas	67%	67%	67%	67%	67%	67%	67%	67%
[1-6] [6 indicadores]	4	4	4	4	4	4	4	4
Gestão ambiental	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
[7-16] [10 indicadores]	8	8	8	8	8	8	8	8
Produtos financeiros	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[17-23] [7 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Conduta social	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[24-29] [6 indicadores]	6	6	6	6	6	6	6	6
Índice Geral	25	25	25	25	25	25	25	25
Porcentagem do índice	86%	86%	86%	86%	86%	86%	86%	86%

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil

Tabela 3 – Desempenho individual do banco Bradesco em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016

Bradesco								
RSE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Códigos, relatórios e sistemas	67%	67%	83%	83%	83%	83%	83%	83%
[1-6] [6 indicadores]	4	4	5	5	5	5	5	5
Gestão ambiental	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
[7-16] [10 indicadores]	8	8	8	8	8	8	8	8
Produtos financeiros	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[17-23] [7 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Conduta social	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[24-29] [6 indicadores]	6	6	6	6	6	6	6	6
Índice Geral	25	25	26	26	26	26	26	26
Porcentagem do índice	86%	86%	90%	90%	90%	90%	90%	90%

Fonte: Relatório do Banco Bradesco

As Tabelas 2 e 3 apresentam a evolução dos indicadores de RSE para o Banco do Brasil e o banco Bradesco. Na análise da tabela 2 observamos que o Banco do Brasil manteve o índice de divulgação estável, ao longo de todo o período, sem quaisquer alterações com 67% de divulgação no grupo *códigos relatório e sistema*, 80% no grupo de *gestão ambiental*, 100% no grupo de *produtos financeiros* e 100% no grupo de *conduta social*. O índice de divulgação geral de RSE manteve-se ao longo dos anos observados, sendo de 86%. Já o banco Bradesco, tabela 3, no ano de 2010 para 2011 houve um aumento em termos percentuais da divulgação do grupo *códigos relatório e sistemas*, passando de 67% para 83% e mantendo-se nos demais anos. Nos demais indicadores, o banco apresentou 80% no grupo de *gestão ambiental*, 100% no grupo de *produtos financeiros* e 100% no grupo de *conduta social*. Do ponto vista geral, o índice RSE aumentou de 86% nos anos de 2010 e 2011 para 90%, oriundo da divulgação do grupo de *códigos relatório e sistemas*. Assim, conforme os resultados pode-se dizer que no Bradesco houve um aumento do cumprimento dos indicadores.

Tabela 4– Desempenho individual do banco Caixa em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016

Caixa Econômica Federal (Caixa)								
RSE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Códigos, relatórios e sistemas	50%	50%	67%	67%	50%	50%	67%	67%
[1-6] [6 indicadores]	3	3	4	4	3	3	4	4
Gestão ambiental	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
[7-16] [10 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Produtos financeiros	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[17-23] [7 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Conduta social	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[24-29] [6 indicadores]	6	6	6	6	6	6	6	6
Índice Geral	23	23	24	24	23	23	24	24
Porcentagem do índice	79%	79%	83%	83%	79%	79%	83%	83%

Fonte: Relatórios do Banco Caixa Econômica Federal

Tabela 5 – Desempenho individual do banco Itaú Unibanco em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016

Itaú Unibanco								
RSE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Códigos, relatórios e sistemas	67%	83%	83%	83%	83%	83%	83%	83%
[1-6] [6 indicadores]	4	5	5	5	5	5	5	5
Gestão ambiental	70%	70%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
[7-16] [10 indicadores]	7	7	8	8	8	8	8	8
Produtos financeiros	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[17-23] [7 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Conduta social	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[24-29] [6 indicadores]	6	6	6	6	6	6	6	6
Índice Geral	24	25	26	26	26	26	26	26
Porcentagem do índice	83%	86%	90%	90%	90%	90%	90%	90%

Fonte: Relatórios do Banco Itaú Unibanco

A Tabela 4, a Tabela 5 e a Tabela 6, analisam a evolução dos indicadores de RSE para o banco Caixa, o banco Itaú Unibanco e o banco Santander, respectivamente. O banco Caixa oscila muito na divulgação em relação ao grupo de *códigos, relatórios e sistemas*, o mesmo apresentou 50% nesse índice para os anos de 2009, 2010, 2013 e 2014 e 67% para os anos de 2011, 2012, 2015 e 2016. Nos demais indicadores apresentou 70 % no grupo de *gestão ambiental* e 100% no grupo de *produtos financeiros* e *conduta social* em todos os anos observados, o que variou o índice geral de divulgação de RSE, terminando o ano de 2016 com 83% conforme mostra a tabela 4.

O banco Itaú Unibanco apresentou um nível de divulgação de 67% no ano de 2009 e 83% nos demais anos para o grupo *códigos, relatórios e sistemas*. No grupo de *gestão ambiental* apresentou um nível de divulgação de 70% em 2009 e 2010 e 80% nos demais anos de estudo. Para os demais grupos de indicadores, o banco apresentou 100% totalizando um índice geral desses indicadores de 83% em 2009, 86% em 2010 e 90% nos demais anos seguintes, conforme a tabela 5. Já o banco Santander apresentou 33% de nível de divulgação no grupo *códigos, relatórios e sistemas* no ano de 2009, 2010 e 2011 e 67% nos demais anos. No grupo de *gestão ambiental* apresentou um índice de divulgação de 80% no ano de 2009, 2010, 2011 e 90% para os anos seguintes. Para os demais grupos de indicadores, o Santander divulgou totalmente os indicadores, sendo

índice geral de divulgação de RSE de 79% em 2009, 2010 e 2011 e nos demais anos seguintes conforme a tabela 6.

Ao apresentar os resultados e compará-los com os trabalhos de Hu & Scholtens (2014) e Scholtens (2009), constatamos que os bancos têm um desempenho relativamente bom a respeito do grupo de indicadores de conduta social, os mesmos prestam atenção ao envolvimento da comunidade, patrocínio e treinamento e educação do seu pessoal conforme mostrado ademais sobre a descrição dos resultados de acordo com os relatórios dos bancos. Os resultados obtidos são diferentes dos obtidos no trabalho de Hu & Scholtens (2014) no que diz respeito à política ambiental. Os autores afirmam que muitos bancos têm uma política ambiental, mas isso não parece exercido de forma clara em seus sistemas de gestão ou nas suas ações políticas. Este trabalho mostra que relatar sobre RSE e inscrever-se em códigos ou normas internacionais é uma prática nesses cinco bancos brasileiros, o que denota uma evolução face ao descrito pelos autores. Nós percebemos que essa inconsistência é válida devido à imposição do governo brasileiro de instituir de forma obrigatória a resolução CMN de nº 4.327 de 2014 do Banco Central do Brasil. Contudo, mesmo que o desenvolvimento de produtos no âmbito da RSE ainda seja incipiente, a partir de 2014, essa resolução parece está mudando o comportamento cada vez mais dos bancos e seu papel no desenvolvimento sustentável.

Tabela 6– Desempenho individual do banco Santander em relação aos indicadores de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no período de 2009 até 2016

Santander								
RSE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Códigos, relatórios e sistemas	33%	33%	33%	67%	67%	67%	67%	67%
[1-6] [6 indicadores]	2	2	2	4	4	4	4	4
Gestão ambiental	80%	80%	80%	90%	90%	90%	90%	90%
[7-16] [10 indicadores]	8	8	8	9	9	9	9	9
Produtos financeiros	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[17-23] [7 indicadores]	7	7	7	7	7	7	7	7
Conduta social	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
[24-29] [6 indicadores]	6	6	6	6	6	6	6	6
Índice Geral	23	23	23	26	26	26	26	26
Porcentagem do índice	79%	79%	79%	90%	90%	90%	90%	90%

Fonte: Relatórios do Banco Santander

Nesse sentido, para aperfeiçoar mais sobre os resultados encontrados, nós verificamos que os bancos BB, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander possuem a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) no período estudado. O Sistema de Gestão Ambiental desses bancos organiza e acompanha as ações para controlar os impactos ambientais de suas atividades, coordenando internamente os esforços para aprimorar o desempenho em água, energia, materiais e resíduos. Por exemplo, o banco Bradesco possui em seu plano de Ecoeficiência metas de reduzir o consumo de energia nos anos de 2016 em -2,4%; 2017 em -1,5%; e 2018 em -1,3% e metas para a redução de água nos anos de 2016 em -4,2%; 2017 em -2,5%; e 2018 em -2,0%. Os demais bancos também possuem tais metas (Bradesco, 2016).

Desta maneira, o Banco do Brasil possui como parte integrante do programa ecoeficiência pela certificação ISO 14001 os seguintes programas: uso racional da água (Purágua), racionalização de energia (Procen), recondicionamento de cartuchos e *toner* (Prorec) e o inventário e gestão de emissão de gases do efeito estufa (GEE) (Banco do Brasil, 2016). O banco Bradesco, Itaú Unibanco e o Santander também seguem o programa de gestão da ecoeficiência e, ambos levam em consideração as boas práticas de recursos ligados às questões ambientais. Os mesmos possuem iniciativas com metas específicas para a redução do consumo de energia, água e papel, da geração de resíduos e da emissão de gases do efeito estufa. Em especial, o banco Bradesco foi o primeiro a elaborar inventário de emissões de GEE, em 2006, e desde então publica anualmente as metas de responsabilidade ambiental (Bradesco, 2016).

Apenas o banco Caixa não apresentou nos seus relatórios essa certificação, no entanto, possui medidas de responsabilidade ambiental. Por exemplo, desde 2014, o banco vem adotando iniciativas de eficiência energéticas, de redução no consumo e gastos com energia elétrica. Dentre essas ações, destaca-se, em 2016, a delimitação dos horários de ativação e desligamento dos equipamentos. O banco também conta com o apoio de uma empresa especializada no monitoramento e diagnóstico energético, o que possibilitou a realização de três licitações para a substituição de 212 mil lâmpadas fluorescentes por outras com tecnologia Tubo Led, nas unidades do Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, possui também adoção de energia renovável como a usina fotovoltaica de uma de suas agências na cidade de Vazante (Minas Gerais) (Caixa, 2016).

Destarte, quando se resume o desempenho dos bancos em produtos financeiros e conduta social encontra-se que os bancos têm o seu melhor desempenho. A maioria dos bancos tem objetivos quantitativos transparentes com respeito à sua política de sustentabilidade principalmente no quesito aos objetivos ambientais. De acordo com os dados, a maioria dos bancos apresentam metas qualitativas. Por exemplo, o banco Santander possui uma estratégia de atuação em sustentabilidade baseada em três eixos que orientam as suas atividades no Brasil são elas: Inclusão Social, o Microcrédito; Educação como o Santander Universidades; e, em Gestão e Negócios Socioambientais. Além disso, tem uma oferta de produtos e serviços ligados à agricultura sustentável e às energias renováveis, com destaque para energia fotovoltaica (Santander, 2016).

Os demais bancos também parecem ter atividades semelhantes. Por exemplo, o banco Itaú Unibanco além de possuir os processos relacionados à mitigação de risco, também oferecem aos seus clientes fundos com benefícios socioambientais dentre eles: Fundo Itaú Excelência Social (FIES) que são fundo de ações que investe em empresas socialmente responsáveis; Fundo Itaú Ecomudança que são fundos de renda fixa que doam e emprestam 30% de sua taxa de administração para apoiar projetos de redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE); e o Fundo Itaú Futura que é um fundo social com incentivo de doações aos projetos educacionais a partir de recurso de 30% de sua taxa de administração (Itaú Unibanco, 2016).

Já o banco Bradesco possui os produtos específicos dentre eles estão: o CDC (certificado de crédito consumidor), Kit Gás financiamento que oferece condições especiais para a compra de equipamentos de conversão de combustível de veículos movidos a álcool ou gasolina para gás natural veicular (GNV), Capital de Giro Ambiental e Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que contribuem para a redução das emissões de GEE e proporcionam uma transição para a economia de baixo carbono. Em 2016 foi lançado o CDC Energia Fotovoltaica, desenvolvido em parceria com empresas do setor, destinado aos segmentos de Pessoa Física (Indivíduo) e Pessoa Jurídica (empresas) para financiar projetos de energia renovável fotovoltaica (Bradesco, 2016).

Por último, o banco Caixa e o Banco do Brasil também têm serviços financeiros com foco social e sustentável. O primeiro possui desde 2016, o programa Desafio de Negócios de Impacto Social, com foco em educação financeira e serviços financeiros, fundo

Socioambiental (alimentado por parcela do lucro líquido do banco Caixa) e o fundo de renda variável FI oferecido para os clientes pessoa física e jurídica (Caixa, 2016). O segundo inclui nos seus serviços: o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) crédito para melhorar o fluxo de caixa ou financiar a compra de equipamentos, móveis ou ferramentas para microempreendedores individuais, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que facilita a aquisição da casa própria pelas famílias de baixa renda e reduzir e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, de forma a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (Banco do Brasil, 2016).

Outra questão observada na análise dos dados é que entre os anos de 2009 a 2016, notou que os bancos oferecem empréstimos responsáveis, ou seja, concedeu empréstimos com análise de risco socioambiental rigorosa como forma de prevenir o risco de potenciais perdas. Sendo assim, todos os bancos realizam análise de risco em seus empréstimos e por isso os cinco bancos excluem empresas dos sectores económicos específicos dos seus empréstimos, se as mesmas não se enquadram nas diretrizes da resolução do Banco Mundial, da resolução CMN de nº 4.327 de 2014 do Banco Central do Brasil e dos Princípios do Equador. O exemplo disso, o banco Santander desde fevereiro de 2015 tem uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que atende a essa resolução (Santander, 2016).

Já o banco Itaú Unibanco para atender às medidas impostas por essa resolução, incluiu em 2015 as questões de responsabilidade socioambiental em sua Política de Sustentabilidade e estabeleceu os compromissos para os próximos anos que ainda estão em andamento, dentre eles: ampliar o escopo da sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental; aumentar sua lista de atividades restritas e integrar diferentes tipos de riscos socioambientais em seus processos; treinar seus colaboradores constantemente; e buscar e potencializar as oportunidades socioambientais por meio de seus negócios (Itaú Unibanco, 2016). O banco Bradesco na análise de seus investimentos, por meio da Bradesco *Asset Management* (BRAM), adota processo de triagem positiva nos fundos com critérios ambientais, sociais e de governança corporativa. Desde 2013, o banco desenvolve projeto de integração simultânea dos Princípios para Investimento Responsável (PRI) nas atividades de gestão bem como na concessão de crédito nos

financiamentos a projetos de seus clientes e só em casos específicos, o mesmo segue as diretrizes dos Princípios do Equador (Bradesco, 2016).

O banco Caixa também em cumprimento da resolução do Banco Central do Brasil divulga desde 2015, a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). Além disso, possui um plano de ação baseado na sua PRSA, com entregas previstas até 2019, com base também nos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e nos Princípios do Equador, respectivamente. Por isso, mantém práticas que incorporam a análise e o monitoramento dos riscos socioambientais na posse e aquisição de ativos, bem como na concessão de financiamentos (Caixa, 2016). O Banco do Brasil possui sua política específica de crédito em sua própria Responsabilidade Socioambiental (RSA). Por exemplo, nas operações de crédito rural, o banco exige a regularidade socioambiental do cliente e do empreendimento e desde 2016, realiza monitoramento estratégico de macro ambiente, visando identificar requisitos legais e de mercado relacionados às questões socioambientais específicas para os setores de Agronegócios, Agricultura Irrigada, Mineração, Petróleo e Gás, Transportes e Papel e Celulose e outros (Banco do Brasil, 2016).

Desta forma, apesar dos dados da pesquisa mostrarem que os bancos não apresentam certificado de gestão ambiental, os mesmos apresentam em sua conduta políticas e práticas desse indicador porque conforme foram mostrados acima, os bancos estão cada vez mais oferecendo produtos financeiros verdes ou socialmente responsáveis seja através do microcrédito concedido nos produtos climáticos ou das diversas carteiras de investimentos dos bancos. Nós acreditamos que essa inconsistência é explicada porque os bancos encontram desvantagem durante o processo de certificação ambiental devido aos custos associados à implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, pois este é visto como fator de baixa relevância para os clientes e, portanto, é capaz de ter poucos retornos futuros. Mas mesmo assim, observamos que a responsabilidade social empresarial está concentrada em todos os cinco bancos brasileiros no estudo.

A conduta social também mostra um progresso considerável, pois há um envolvimento dos bancos com a comunidade e todos os bancos têm um programa de patrocínio e doações sejam em comunidades ou em ONGs. As relações dos empregados em geral são bastante significantes e tem melhorado cada vez mais, especialmente no que diz respeito às instalações de treinamento e educação com política de oportunidade para seus

funcionários e diversidade e igualdade de oportunidades. Por exemplo, o banco Santander investiu em treinamento e na formação de seus funcionários e em 2016, investiram no desenvolvimento dos seus funcionários reduzindo-o o número de horas extras cujo fim é a prosperidade no trabalho e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Santander, 2016).

O banco Itaú Unibanco, além de promover o treinamento de seus funcionários, também possui uma política de remuneração. O banco apresenta uma remuneração fixa, que leva às atribuições profissionais de cada colaborador e seu desempenho individual com relação as suas atribuições e, também uma remuneração variável, que reconhece o nível de dedicação, os resultados alcançados e a sustentabilidade de curto, médio e longo prazo desses resultados. Nota-se que as alterações na remuneração fixa dos seus colaboradores variam segundo a Política de Promoção e Mérito. Além disso, os colaboradores têm o direito de receber reajustes salariais e participação nos lucros, de acordo com as convenções coletivas aplicáveis nas respectivas jurisdições (Itaú Unibanco, 2016).

O banco Bradesco também valoriza a capacitação e o desenvolvimento pessoal e profissional de todo o seu público interno, investindo em programas concentrados na Universidade Corporativa Bradesco (UniBrad) e Universidade do Conhecimento do Seguro (UniverSeg). O modelo possibilita que todos tenham oportunidade de protagonizar seu crescimento profissional, seja por meio de promoções a novos cargos, seja por movimentações internas. Os funcionários também passam por exames médicos ocupacionais, a cada 120 dias, e por exames complementares, quando necessário, para evitar ou identificar quaisquer problemas e, assim, adotar medidas preventivas. Promovemos ainda campanhas especiais de vacinação (Bradesco, 2016).

Já no caso do Banco do Brasil e banco Caixa, todos os funcionários são admitidos por meio de aprovação em concurso público, em conformidade com a Constituição Federal e o Estatuto Social da empresa. Os contratos são firmados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, esses bancos também possuem programas de incentivos e treinamentos de seus colaboradores. Contudo, afirma-se que todos os bancos têm um código de conduta ética em vigor. Não se consegue mensurar quando esses princípios foram realmente introduzidos e, portanto, não pode relatar se há progresso a respeito disso nos anos anteriores de 2009. Apenas observou-se que em todos os anos de estudos os bancos possuem 100% de adoção desse indicador conforme já descrito antes.

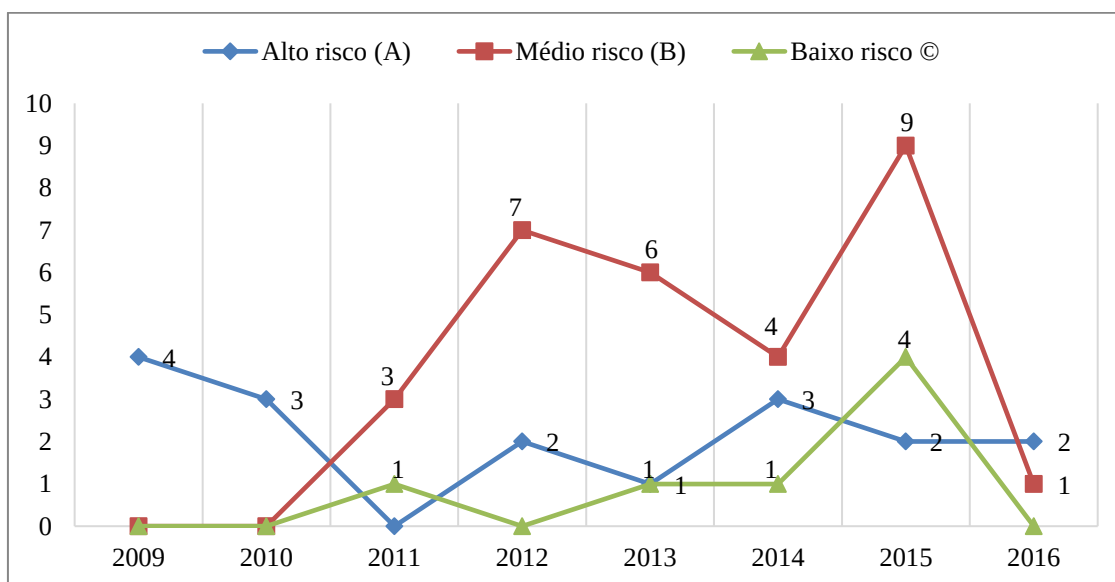
4.2 ANÁLISES DOS PROJETOS ENQUADRADOS NOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR REALIZADAS PELOS BANCOS DE ESTUDO

Nesta secção analisamos os projetos enquadrados nos Princípios do Equador de cada banco no período de análise.

4.2.1 4.2.1 BANCO DO BRASIL (BB)

A Figura 1 apresenta as categorias de risco dos projetos contratados pelo Banco do Brasil, nos respectivos anos de estudo.

Figura 1 – Número de projetos financiados pelo Banco do Brasil por categoria de risco enquadrada nos PE



Fonte: Relatórios do Banco do Brasil

De acordo com os seus relatórios, o Banco do Brasil (BB) concede em seus empréstimos critérios e normas de requisitos sociais e ambientais como os contidos nos Princípios do Equador, no Protocolo Verde e no Pacto Global, regras as quais o Banco voluntariamente aderiu desde 2005, 2003 e 1995 respectivamente.

Nesse sentido, conforme mostra a Figura 1, nos anos de 2009 e 2010, o BB analisou 4 e 3 projetos de categoria de alto risco enquadrados no PE. A partir de 2010, o Banco do Brasil ampliou a utilização dos critérios de responsabilidade socioambiental estabelecidos no âmbito dos Princípios do Equador para todos os projetos dessa modalidade independentemente do valor. Desta forma, a partir de 2011 os projetos financiados pelo

banco se enquadram mais na categoria de baixo risco (*Categoria B*) do PE representando maior número dessa categoria em 2012 e 2015 com 7 e 9 projetos contratados. Os projetos financiados são avaliados e monitorados de acordo com a dinâmica do empreendimento, por conta disso o banco contratou mais projetos dessa categoria.

Tabela 7 – Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo Banco do Brasil, de 2009 a 2016

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Energia	4		4	9	3		4		24
Infraestrutura e logística		3			2	4	8	2	19
Naval					1	2	1		4
Saneamento									
Imobiliário					1				1
Industrial						1	1	1	3
Mineração					1				1
Outros (celulose)						1	1		2
Total	4	3	4	9	8	8	15	3	54

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil

A Tabela 7 analisa os setores que o banco BB investiu. Conforme a tabela, em 2009 o destaque da direção do financiamento pelo banco foi para o setor de energia, em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015 com respectivamente 4, 4, 9, 3 e 4 financiamento de projeto (*Project Finance*) enquadrados no PE. Os demais setores também representam mais em menor quantidade. No ano de 2014, já com a 3ª versão das diretrizes do PE e a resolução do CMN de nº 4.327 adotada, foram celebrados 8 contratos no âmbito dos princípios do equador, sendo 2 de modalidade Financiamento de Projeto (*Project finance*), 3 Serviços de Assessoria para Financiamento de Projeto (*Project finance advisory service*) e 3 Empréstimo-ponte (*bridge loans*) (Banco do Brasil, 2014).

Em 2015, foram contratados 3 projetos na modalidade de Financiamento de Projeto (*Project Finance*) 2 no setor de energia e 1 de infraestrutura (aeroportos); 1 projeto no setor de portos (logística) na modalidade de Financiamento Corporativo Dirigido a Projeto (*Project Related Corporate Loan*); 2 projetos, 1 no setor de energia e outro no setor naval na modalidade Empréstimo-ponte (*Bridge Loan*) e por último 9 projetos, 3 no setor de rodovias, 1 no de trens urbanos, 1 no de energia, 2 no de portos (logística), 1 no de celulose e 1 no da indústria alimentícia na modalidade de Serviços de Assessoria para Financiamento de Projeto (*Project Finance Advisory Service*). Em 2016, ainda no

âmbito dos Princípios do Equador, foram contratadas 3 operações, 2 no setor naval de modalidade financiamento de projeto e 1 no setor industrial de modalidade serviços de Serviços de Assessoria para Financiamento de Projeto (Banco do Brasil, 2015).

Tabela 8 – Total da participação do Banco do Brasil no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).

Ano	Nº de projetos	Participação do Banco	Variação %
2009	4	2.134.000,00	
2010	3	955.000,00	-55%
2011	4	263.000,00	-72%
2012	9	2.251.000,00	756%
2013	8	1.447.000,00	-36%
2014	8	6.627.000,00	358%
2015	15	125.000.000,00	1786%
2016	3	2.159.000,00	-98%

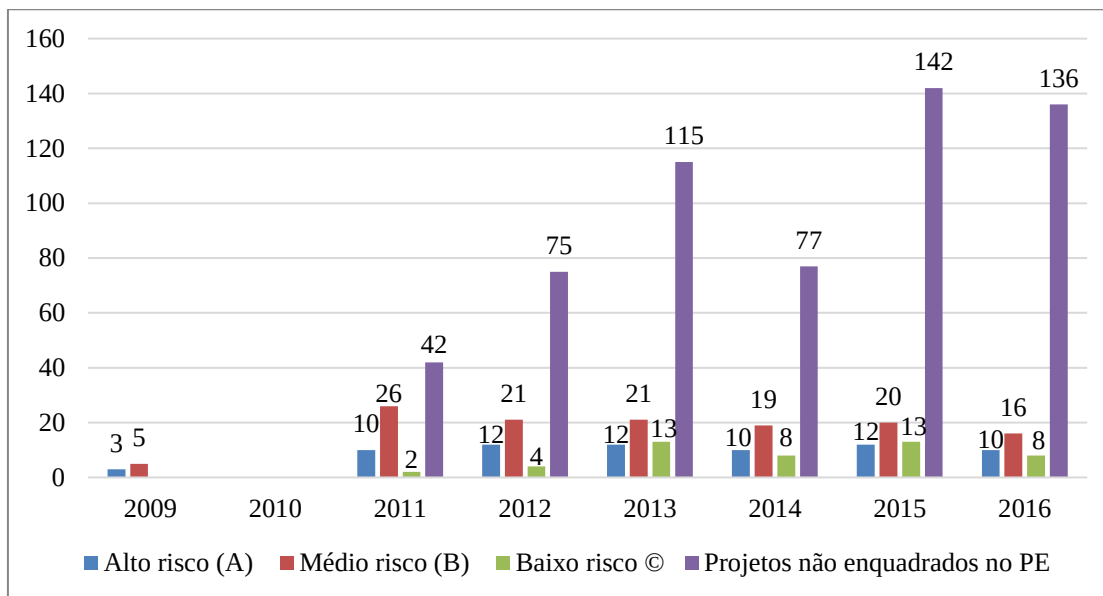
Fonte: Relatórios do Banco Brasil

A Tabela 8 analisa a participação desse banco na concessão de crédito. Em 2009, o BB analisou 4 projetos, no montante de R\$ 2,1 milhões, que equivalem a 1,7% da carteira de crédito às empresas, à luz dos Princípios do Equador (projetos acima de US\$ 10 milhões). Em 2010, o BB analisou 3 projetos à luz dos Princípios do Equador no montante de R\$ 955 milhões, que equivalem a 0,63% da carteira de crédito às empresas.

Em 2014, o Banco adotou a 3ª versão dessas diretrizes e a resolução do CMN de nº 4.327, que ampliou o escopo de produtos financeiros enquadráveis. O ano de 2010, 2011 e 2013 representou variações negativas em relação aos anos anteriores com respectivamente - 55%, -72%, -36%. O ano de 2015 foi o ano que houve maior valor monetário de participação do BB no financiamento dos projetos com R\$ 125 milhões investidos.

4.2.2 BANCO BRADESCO

A Figura 2 apresenta as categorias de risco dos projetos contratados pelo banco Bradesco nos respectivos anos de estudo.

Figura 2– Número de projetos financiados pelo Banco Bradesco por categoria de risco enquadrados no PE.

Fonte: Relatórios do Banco Bradesco

Em 2009, o banco analisou oito projetos enquadrados nos Princípios do Equador com três projetos de alto risco e cinco projetos de médio risco. Em 2010 o banco não contratou qualquer projeto. Nos relatórios analisados, o banco adota as diretrizes do PE da III versão de 2013 em suas metas anuais para conceder os projetos na modalidade *project finance* com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. Por meio dessa adesão, o banco vem desenhando uma metodologia voltada para a orientação e a conscientização das empresas inseridas em seu portfólio para as questões socioambientais. Uma dessas ações é o envio do Questionário de Avaliação Ambiental, Social e de Governança Corporativa para as empresas listadas na Bolsa de Valores e acompanhadas pela Área de Análise de Investimentos da BRAM (*Bradesco Asset Management*) empresa do banco que opera planos de Saúde (Bradesco, 2012).

Conforme análise nos relatórios, desde 2010, o banco Bradesco passou a adotar os requisitos estabelecidos pelos Princípios do Equador também em financiamentos a projetos em outras modalidades, quando o valor é igual ou superior a US\$ 50 milhões. No entanto, a partir de 2011 constata-se que o banco contrata maior número de projetos que não estão enquadrados no PE. Nesse caso, para os projetos que não se aplicam os critérios socioambientais das diretrizes do PE, os padrões adotados são aqueles estabelecidos pela legislação aplicável, geralmente são projetos imobiliários que não têm muito impacto no meio ambiente conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Bradesco, de 2009 a 2016

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Energia	3		25	27	38		19	33	145
Agroindústria	5		27	29	32		23		116
Comércio e serviços			10	19	61		0		90
Indústria			14	14	16		0	8	52
Inf. e logística			2	4	4		10		20
Saneamento Básico			1	2	2		0		5
Óleo e Gás				11	3		1	1	16
Mineração				4	4		3	1	12
Imobiliário							107	98	205
Outros			1	2	1		24	29	57
Total	8	-	80	112	161	-	187	170	

Fonte: Relatórios do banco Bradesco

A Tabela 9 analisa os setores que o banco Bradesco investiu. Conforme a tabela, em 2009 o destaque da direção do financiamento pelo banco foi para o setor de agroindústria, em 2010 não houve projetos contratados. De 2011 a 2014 os projetos aprovados concentram-se nos setores de energia, agroindústria, comércio e serviços, infraestrutura e logística, óleo e gás, saneamento básico, mineração e outros. Já em 2015, o maior número de projetos contratados e monitorados pelo banco foi para o setor imobiliário. Nesse mesmo ano ganhou destaque também o setor de energia, agroindústria, infraestrutura e logística, óleo e gás, mineração e outro, financiamento estes enquadrados no PE. Em 2016, novamente o destaque vai para o setor imobiliário, energia, indústria, óleo e gás, mineração e outros.

Tabela 10– Total da participação do banco Bradesco no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).

Ano	Nº de projetos	Valor financiado	Variação %
2009	8	1.244.999,00	*
2010	0	0,00	-100%
2011	80	5.473.464.177,33	*
2012	112	15.955.330.934,31	192%
2013	161	13.256.759.448,10	-17%
2014	114	8.359.766.859,80	-37%
2015	187	14.737.000,00	-100%
2016	170	16.531.000,00	12%

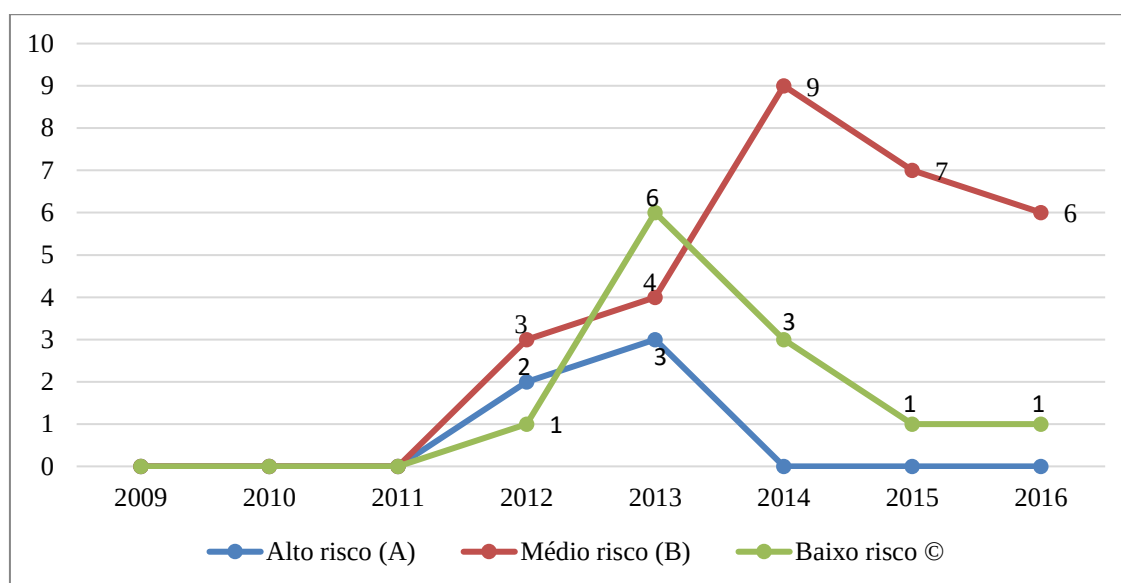
Fonte: Relatórios do banco Bradesco

A Tabela 10 analisa a participação do banco Bradesco na concessão de crédito entre os anos de 2009 a 2016. Em 2009, o banco Bradesco analisou 8 projetos, no montante de R\$ 1,2 milhões, total de crédito concedido às empresas, à luz dos Princípios do Equador (projetos acima de US\$ 10 milhões). Em 2010 não houve qualquer participação desse banco. Em 2011 o banco monitorou 80 projetos no montante de R\$ 5,4 bilhões e em 2012 o banco monitorou 112 projetos no montante de R\$15,9 bilhões com um aumento percentual de 192%. Em 2013 houve uma queda em termo percentual de 17% no valor total de crédito concedido em relação ao ano anterior. No entanto, o número de projetos sob monitoramento de risco socioambiental aumentou de 112, em 2012, para 161, em 2013 respectivamente. Esse incremento se deve, entre outros fatores, à inclusão de grandes projetos imobiliários no escopo de análise socioambiental (Bradesco, 2013).

Outro ponto de destaque em 2014 refere-se ao atendimento à Resolução n.º 4.327/2014 do Banco Central, que indica às instituições financeiras diretrizes para gestão e governança do risco socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. Isso possibilitou esse banco ser um dos maiores no estudo em fomentar cada vez mais a concessão de crédito e aumento de projetos monitorados em relação aos demais bancos. Desta forma nos anos de 2014, 2015 e 2016, o banco monitorou respectivamente 114, 187 e 170 projetos enquadrados a luz dos Princípios do Equador embora a variação percentual tenha variado a negativo em todos esses anos com -37%%, -100% e -12%.

4.2.3 BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)

A Figura 3 apresenta as categorias de risco dos projetos contratados pelo banco Caixa nos respectivos anos de estudo. Em 2012, o banco analisou seis projetos enquadrados nos Princípios do Equador com dois projetos de alto risco, três projetos de médio risco e um projeto de baixo risco que, juntos, somaram um investimento de mais de R\$ 32 bilhões (Caixa, 2012). Em 2013, a Caixa contratou 13 grandes projetos enquadrados nos Princípios do Equador, sete a mais do que em 2012. Nesse ano, o destaque vai para o maior índice de projetos de categoria de baixo risco que aumentou de 4 em 2012 para 9 em 2013. No ano de 2014 tiveram 12 grandes projetos enquadrados no PE sendo 9 projetos de médio risco e 3 projeto de baixo risco. Em 2015 houve a contratação de 7 projetos de médio risco e 1 de baixo risco e em 2016 houve 6 projetos de médio risco e 1 de baixo risco.

Figura 3– Número de projetos financiados pelo Banco Caixa por categoria de risco do PE.

Fonte: Relatórios do Banco Caixa

O banco Caixa aderiu aos Princípios do Equador, em 2012 e, desde então foram ampliados os condicionantes socioambientais para operações *Project Finance* superiores a US\$10 milhões. No período entre junho de 2008 e dezembro de 2011, passaram por análise socioambiental 251 empresas com operações acima de R\$ 10 milhões, as quais, juntas, somaram R\$ 38,8 bilhões em operações de crédito (Caixa, 2011).

Tabela 11– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Caixa, de 2009 a 2016

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Energia				3			1	3	7
Inf. e logística				1	3	1	7	2	14
Naval				2	1				3
Saneamento					7	9		2	18
Imobiliário					2	1			3
Industrial						1			1
Total	-	-	-	6	13	12	8	7	46

Fonte: Relatórios do banco Caixa

As Tabelas 11 e Tabela 12 apresentam os setores e os montantes de investimento dos projetos aceites pelo banco e enquadrados no PE. Nos anos estudados, constata-se que o banco desembolsou valores monetários para financiamento mais em obras de saneamento

e infraestrutura do que imobiliário ou industrial, apresentando respectivamente um total de 18 e 14 projetos. De todo o crédito concedido, ganha destaque também os projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, incluindo usinas hidroelétricas, eólicas e termoelétricas, além da reestruturação financeira de empresas da área. Outros investimentos destinaram-se a sistemas de transporte urbano, como metrô, trens e ônibus, além de ações de infraestrutura como obras de saneamento básico para abastecimento de água e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), e por fim para a construção naval (Caixa, 2016).

Tabela 12– Total da participação do banco Caixa no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais).

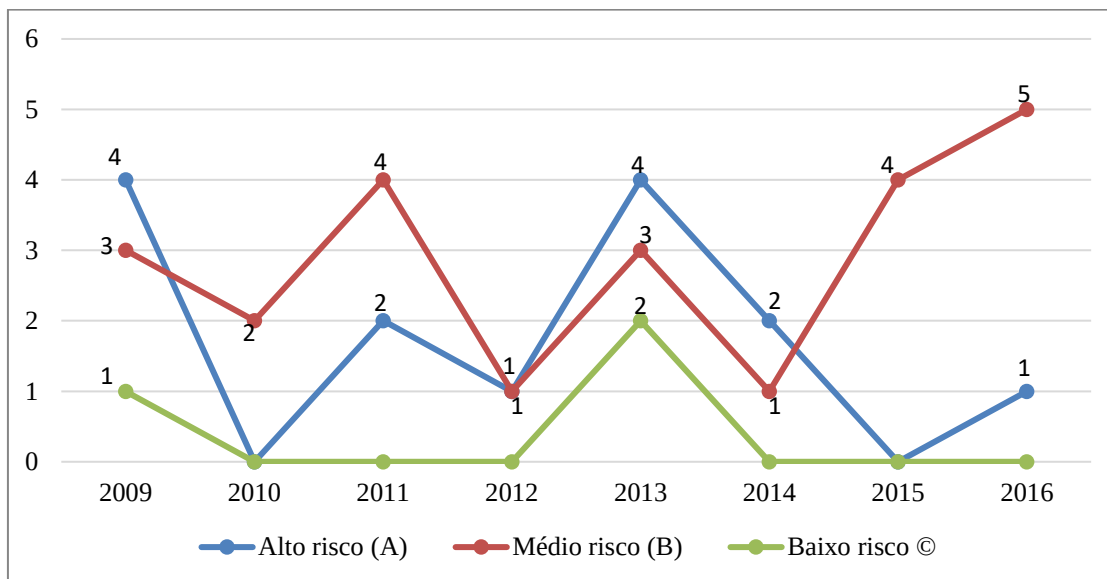
Ano	Nº de projetos	Valor financiado	Variação %
2009			
2010			
2011			
2012	6	9.041.671.930,46	
2013	13	4.959.000.000,00	-45%
2014	12	7.648.036.331,01	54%
2015	8	15.000.000.000,00	96%
2016	7	1.652.148.960,12	-89%

Fonte: Relatórios do banco Caixa

Na Tabela 12, mostra o total de projetos por ano de estudo e a participação em valores monetários do banco Caixa nesses projetos. Nota-se que a partir de 2012 o banco teve participação significativa na contratação de Financiamento de projeto (*Project Finance*) do PE e o volume de crédito concedido variou de ano para ano. 2015 foi o ano com maior participação da caixa na concessão de crédito para os projetos enquadrados no PE. Verifica-se, também, que embora o número de projetos contratos tenha baixado, o volume de crédito investido aumentou nos anos 2013, 2014 e 2015 com uma variação percentual de -45%; 54% e 96% respectivamente. Em 2016 houve uma queda na concessão de crédito variando em -89% em relação ao ano anterior devido ao aumento dos critérios na contratação (Caixa, 2016).

4.2.4 BANCO ITAÚ UNIBANCO

A Figura 4 apresenta as categorias de risco dos projetos contratados pelo banco Itaú Unibanco, nos respectivos anos de estudo.

Figura 4– Número de projetos financiados pelo Banco Itaú Unibanco por categoria de risco do PE.

Fonte: Relatórios do banco Itaú Unibanco

O banco Itaú Unibanco foi o primeiro banco originário de mercados emergentes a adotar o PE. De setembro de 2008 a março de 2010, o Itaú Unibanco exerceu a presidência do Comitê Diretivo dos Princípios do Equador, um marco para a disseminação das boas práticas em países emergentes, principalmente na América Latina (Relatório Anual de Sustentabilidade, 2009). Esse banco adota o processo de análise de risco socioambiental para os clientes com envolvimento em crédito igual ou superior a R\$ 5 milhões. Desta forma, na Figura 4, os anos de 2009, 2011, 2013 e 2016 foram os anos mais significativos em número de projetos contratados pelo banco tendo respectivamente 8, 6, 9 e 6 projetos enquadrados no PE.

Na análise dos anos de 2009 e 2013, o destaque vai para os projetos de categoria de alto risco com respectivamente 4 em cada um desses anos. Em 2010 o banco só apresentou projeto de médio risco e em 2015 e 2016 concentrou-se projetos de categoria de baixo risco representando 4 e 5 projetos simultaneamente. Vale a ressalva que o banco trabalha com os três tipos de categoria e todos os clientes que passam por avaliação socioambiental estão submetidos à análise e aprovação da Comissão de Crédito do banco, tanto a categoria de risco como o ramo de atividade da empresa (pessoa jurídica) analisada que devem constar nos trabalhos de crédito apreciados pela comissão.

Tabela 13– Projetos, por setor, enquadrados no PE e financiados pelo banco Itaú Unibanco, de 2009 a 2016

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Energia	6	1	2	2	4		2	3	20
Infra. e logística					3	1	1	3	8
Mineração			2						2
Saneamento		1			1	1			3
Outros (serviços)	2					1			3
Açúcar e álcool							1		1
Óleo e gás			2		1				3
Total	8	2	6	2	9	3	4	6	40

Fonte: Relatórios do banco Itaú Unibanco

A Tabela 13 e Tabela 14 apresentam projetos por setores e valor de financiamento pelo banco, no âmbito de projetos enquadrados no PE. O financiamento de projetos na área de energia está presente em quase todos os anos de estudo, exceto no ano de 2014. De acordo com o relatório de sustentabilidade de 2010, o banco teve uma participação de mais de R\$ 100 milhões em projetos eólicos, e, em 2011, esse número subiu para mais de R\$ 1 bilhão em projetos contratados. Isso corrobora que o setor de energia é destaque na concessão de crédito pelo banco. Ganha destaque também outros setores dentre eles: infraestrutura e logística, mineração, saneamento açúcar e outros. A partir de 2014, o banco aplica a avaliação de risco abordada na nova regulamentação do Banco Central sobre responsabilidade socioambiental, além de auxiliar com uma análise mais detalhada nos investimentos mais específicos dos setores de Energia, Óleo e Gás.

Tabela 14– Total da participação do banco Itaú Unibanco no financiamento dos projetos enquadrados no PE (Valores em Reais)

Ano	Nº de projetos	Valor financiado	Variação %
2009	8	2.362.200,00	*
2010	2	905.000,00	-62%
2011	6	1.491.900,00	65%
2012	2	300.700,00	-80%
2013	9	1.879.700,00	525%
2014	3	797.200,00	-58%
2015	4	486.960,00	-39%
2016	6	1.180.523,00	142%

Fonte: Relatórios do banco Itaú Unibanco

A Tabela 14 mostra o total de projetos por ano e a participação em valores monetários do banco Itaú Unibanco que tiveram diversas oscilações entre os anos estudados. Ainda assim, o mesmo teve quatro anos representativos na concessão de crédito, são eles: 2009, 2011, 2013 e 2016. Nota-se que em 2009 o banco teve a maior participação significativa na contratação de *Project Finance* do PE tendo uma queda percentual de 62% no volume de crédito concedido no ano posterior. O aumento da concessão do crédito só aumenta de novo de forma significativa em 2013 com uma variação percentual de 525% em relação ao ano de 2012, tendo novamente uma queda nos dois anos seguintes. Em 2016 o crédito torna a crescer com uma variação de 145% percentuais em relação a 2015.

Conforme aponta nos relatórios de sustentabilidade do banco, esse comportamento é refletido devido ao aumento da política de Riscos Socioambientais para o Crédito de Pessoa Jurídica no ano de 2007 e, com isso, há uma maior preocupação estratégica do banco nos procedimentos para liberar o financiamento. Por conta disso, o banco tenta a cada ano melhorar os investimentos tanto na organização da estrutura da área responsável quanto em tecnologia, visando aprimorar as ferramentas de análise e, assim, tornar o processo mais ágil. Sendo assim, o volume do crédito oscila em todos os anos bem como o número de projetos concedidos e enquadrados no PE (Banco Itaú Unibanco, 2016).

4.2.5 BANCO SANTANDER

Após leitura e análise dos vários relatórios do Banco Santander, defrontamo-nos com a dificuldade de não poder conduzir uma análise dos dados da mesma forma que fizemos para os demais bancos da nossa amostra. De facto, constatamos que este banco não apresenta nem projetos contratos por categoria, nem por setores, nem total da participação em valores monetários do banco nos projetos. O relato produzido pela entidade é superficial, na medida em que diz que contrata os *Project Finance* do PE, mas no final diz que no ano obteve zero de aprovação. Faz um diferente enquadramento dos projetos. Assim, procedemos apenas à descrição do tipo de informação relativa ao nosso tema, nos termos que o banco a divulga.

No relatório anual de 2011, o banco analisou 1.123 empresas e operações na área de risco ambiental mais de 26 projetos de *Project Finance* e Crédito Imobiliário. Deste total, oito créditos foram negados, sendo um com base nos Princípios do Equador. Também no mesmo ano, o banco analisou 142 pedidos de abertura de conta e recomendou negar 27

destes casos. No relatório de 2012, o banco Santander analisou 2.101 empresas e operações e mais de 34 projetos de *Project Finance* e Crédito Imobiliário no ano de 2012. Com base nos seus critérios socioambientais, negou uma empresa e um empreendimento imobiliário. Em 2013, 100% dos contratos de assessoria/ financiamentos significativos (39 contratos) assinados apresentaram cláusulas que obrigaram os clientes a atender aos Princípios do Equador. Um projeto foi analisado por auditoria externa e outros três receberam visitas e auditorias internas.

A exigência da regulamentação do Banco Central (Resolução 4.327) que obriga as instituições financeiras a implementarem políticas de responsabilidade socioambiental de acordo com a natureza de suas operações foi implementada em 2015 no banco Santander e reforça o compromisso público do mesmo com o tema. Contudo, a forma como divulga tal informação não se enquadra nos moldes que analisamos anteriormente a restante amostra. Por exemplo, o banco informa sobre a quantidade de projetos analisados. Todavia, de acordo com informação disponível, o próprio banco não aprovou qualquer projeto. Procedeu a emissão de opinião sobre os projetos. Por exemplo, conforme descrito no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2- Temas tratados por setor e atuação do banco Santander em 2011 e 2013.

Projeto/Setor	Tema Tratado	Atuação	Ano
Mina e metalurgia na região Sudeste	Risco geotécnico de barragem de rejeito e área contaminada	Limite de crédito renovado, inclusive para investimentos em equipamentos de alta tecnologia.	2011
Metalurgia na região Sudeste	Terreno contaminado em antiga fábrica a ser reutilizada pela empresa em sua ampliação de produção	Financiamento negado. Cliente gostou de nossos esclarecimentos e buscará novo terreno para submeter à análise do banco.	2011
Usina de açúcar na região Nordeste	Questões de saúde e segurança dentro da usina	Cliente implementou melhorias de segurança sugeridas pelo banco.	2011
Curtume na região Nordeste	Problemas com descarte de resíduos	Limite de crédito renovado após verificar que cliente está cuidando do problema.	2011
Agronegócios na região Centro-Oeste	Trabalho degradante na plantação	Cliente aceitou consultoria de ONG indicada pelo banco	2011
Serraria na região Norte	Verificação do manejo em áreas de concessão de exploração de florestas públicas	Limite de crédito renovado. Cliente busca processo de certificação FSC.	2011
Madeireiro na região Norte	Verificação do manejo em áreas de concessão de exploração de florestas públicas	Limite de crédito não renovado por motivos de análise financeira.	2011
Infraestrutura urbana no Sudeste	Verificação do sistema de gestão socioambiental	Após duas visitas ao local da obra, demos parecer favorável.	2011
Indústria no Sudeste	Alto índice de acidentes de trabalho	Cliente implementou melhorias recomendadas pelo Banco na área de saúde e segurança	2013
Projeto imobiliário no Sul	Terreno contaminado	Banco visitou o local da obra para identificar passivos ambientais e definir medidas de remediação ambiental durante a fase de obra	2013
Grande indústria no Sudeste	Passivos ambientais	Área fez levantamento detalhado dos passivos ambientais para incluir na análise de crédito.	2013
Usinas de açúcar no Sudeste	Conformidade legal socioambiental dos plantadores de cana	Como parte da análise de alguns financiamentos, Banco fez checagem documental dos fornecedores de cana de usinas.	2013
Pessoa física do Centro-Oeste	Trabalho análogo a escravo	Banco encerrou relacionamento.	2013

Fonte: Relatórios do banco Santander (2011, p.53) e (2013, p. 25).

O banco Santander, em nota nos seus relatórios, argumenta que os temas tratados no Quadro 2 e na Tabela 15 podem ser para atender à política de risco socioambiental do banco, aos Princípios do Equador, ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo ou a qualquer combinação desses compromissos.

Tabela 15– Projetos sujeitos ao enquadramento do PE pelo banco Santander

Projetos	2012	2013	2014	2015	2016
Aprovados					
Aprovados com ressalva			1	3	
Destinados					
Total			1	3	

Fonte: Relatórios do banco Santander

4.3 ANÁLISE DO GRAU DE TENDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO EQUADOR E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ESTUDO DE SCHOLTENS (2009)

Tal como demonstramos pela evidência empírica que apresentamos na secção anterior, as instituições financeiras parecem cumprir o estipulado nos Princípios do Equador, principalmente a III versão lançada em 2013, pois em detrimento as versões anteriores não houve problema em adotar essa versão visto que a mesma é um aprimoramento das versões anteriores do PE. Nota-se que os bancos têm a noção de que o PE, quando bem implementado, permite um acompanhamento e capacidade de gestão dos riscos ambientais intrínsecos aos grandes projetos financiados pelos mesmos.

Deste modo, em resposta aos objetivos da pesquisa conclui-se que os bancos adotam as medidas do PE como forma de diminuir o risco de crédito. Além disso, os bancos adotam o papel dos Direitos Humanos impostos pelo PE conforme é apontado em seus relatórios, ou seja, empresas que buscam o lucro através do trabalho escravo ou qualquer forma de exploração não respeitando esses direitos são excluídas do crédito. Assim, os bancos mostraram-se preocupados e conscientes com a sustentabilidade ambiental e social na sua tomada de decisão. Ressalva que a resolução do CMN de nº 4.327 do Banco Central do Brasil de 2014 tornou obrigatório que os bancos mantivessem esse comportamento, na medida em que o crédito bancário no Brasil passou a ser considerado como um dos instrumentos de comando e controle ambiental. No entanto, conforme a nossa análise, o banco Santander, mesmo aplicando e disponibilizando informações sobre a sua RSE, o mesmo não costuma contratar projetos enquadrados nos Princípios do Equador. Face à evidência empírica recolhida quer parecer-nos que, na prática, a adoção dos instrumentos de apoio à gestão ambiental (às diretrizes do Banco Mundial, Pacto Global, dos Princípios

do Equador e da resolução do CMN de nº 4.327 do Banco Central do Brasil de 2014) ainda não é um quesito forte adotado por esse banco.

Nesse sentido, tal comportamento pode está relacionado à característica do banco em se sobressair sobre os demais bancos nacionais. Para o caso específico do banco Santander, talvez seja plausível analisar esse comportamento com base no estudo de Hu & Scholtens (2014), pois esses autores argumentam que existem diferenças significativas entre bancos de diferentes países sobre vários aspectos da RSE. Sendo assim, o banco Santander por ser estrangeiro e conforme analisado em seus relatórios implementa contratações de projetos nas linhas de créditos estabelecidas pelo banco, ao que parece foge de contratar projetos enquadrados no PE, mesmo afirmando que respeita e adota os princípios do mesmo. Não se sabe afirmar com mais clareza se esse banco não partilha dos valores que a sociedade brasileira tem e tão pouco com as regras estabelecidas por esses princípios. O que podemos afirmar é que os resultados obtidos mostraram o comportamento desse banco para essa indagação até porque as diretrizes do PE é uma adesão voluntária e apenas em 2015 a exigência da regulamentação do Banco Central (Resolução 4.327) que obriga as instituições financeiras a implementarem políticas de responsabilidade socioambiental de acordo com a natureza de suas operações foi implementada nesse banco. Além disso, Hu & Scholtens (2014) também admitem que alguns bancos possuem várias características distintas seja financeiro e não financeiro – e isso impacta também na sua política de RSE.

Scholtens (2009) também corrobora com essa afirmação ao trazer à discussão de que existe uma associação positiva e significativa entre a dimensão do banco em termos de ativos no mercado financeiro e a adoção forte da RSE. Desta forma, acredita-se que uns bancos encontram desvantagem durante o processo de certificação ambiental devido aos custos associados à implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, pois é visto como fator de baixa relevância para os clientes e, portanto, é capaz de ter poucos retornos futuros. Contudo, nos demais bancos estudados, em geral, o desempenho de RSE melhorou consideravelmente entre 2009 até 2016. Tanto na pesquisa de Scholtens (2009) como na nossa, verificamos a RSE é um quesito cada vez mais importante no mercado da indústria bancária nacional e internacional e que tem tido implicações ao nível de adoção de políticas e instrumentos pelos bancos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o papel dos bancos brasileiros no desenvolvimento sustentável, aplicando a estrutura adotada no trabalho de Scholtens (2009), que avaliou a responsabilidade social empresarial de um grupo de bancos. O trabalho concentrou-se em cinco grandes bancos brasileiros no período de estudo de 2009 a 2016.

Desta forma, por entender que existe uma influência enorme do setor bancário na promoção do desenvolvimento sustentável, o surgimento dos parâmetros ambientais possibilitou um dos avanços mais importantes na proteção do meio ambiente nas últimas décadas no Brasil. Face aos objetivos traçados neste trabalho observamos que num governo onde a sociedade é aberta e um sistema financeiro bem desenvolvido pode contribuir para o avanço das políticas de RSE nos bancos. Em ambos os aspectos, a política governamental pode ser muito útil para melhorar a qualidade das características de RSE nas instituições financeiras. Isso se torna claro com a implementação da resolução do CMN de nº 4.327 de 2014. À medida que a política do governo estimulou de forma obrigatória que os bancos relatem seus esforços e resultados de sustentabilidade e participem de acordos internacionais, o mesmo se refletiu nos níveis de divulgação de RSE dos bancos. Nesse sentido, os instrumentos de apoio à gestão ambiental de caráter voluntário foram os que mais permitiram maior flexibilidade às instituições, permitindo influenciar as decisões e comportamentos dos indivíduos.

Com isso, o estudo mostrou também que apesar das atividades e os resultados dos bancos dependerem do desempenho económico e da satisfação das expectativas e necessidades dos seus clientes, e também da sua reputação, há uma consciência ambiental notória de forma positiva nos bancos brasileiros. Pois, os bancos do nosso estudo apresentaram engajamento na sustentabilidade ambiental e social nas suas tomadas de decisões. A incorporação dos Princípios do Equador de forma voluntária e da resolução do CMN de nº 4.327 do Banco Central do Brasil em 2014 de forma obrigatória conforme já foi dito antes, impulsionou para o aumento do desempenho da RSE nos bancos brasileiro e ampliou o escopo de produtos financeiros enquadráveis em preservação ao meio ambiente.

Ademais, observou que o aumento da RSE possibilitou num ganho de vantagem competitiva e de oportunidades de negócio através da criação de novos produtos e serviços financeiros sustentáveis e ecológicos, direcionados para a responsabilidade social e ambiental nos bancos brasileiros. Os bancos também apresentaram engajamento ambiental na criação de produtos financeiros como o microcrédito, os fundos de investimento ambiental, linhas de apoio às energias renováveis, entre outros.

Os resultados da nossa análise corroboram os resultados do estudo de Scholtens (2009), na medida em que a responsabilidade social dos bancos vem se aperfeiçoando ao longo dos anos, apresentando boa pontuação na implementação da RSE quando se observam os quatro grupos de indicadores: (1) códigos de ética, relatórios de sustentabilidade e sistemas; (2) gestão ambiental; (3) produtos financeiros responsáveis e (4) conduta social. Em comparação ao estudo de Hu & Scholtens (2014), estes também verificaram que os bancos comerciais nos países em desenvolvimento têm um desempenho relativamente bom em questões sociais, mesmo que ainda sejam bastante pobres em relação à performance de gestão ambiental, códigos e produtos responsáveis. No entanto, ressalva que a partir de 2014 tornou-se obrigatório a análise de risco ambiental por meios dos bancos através da resolução do CMN de nº 4.327, conforme mencionado acima e, por isso, se espera que a situação venha a melhorar cada vez mais.

Desta forma, todas as instituições bancárias brasileiras têm adotado as diretrizes do PE na análise de risco ambiental na hora de conceder empréstimos às empresas nas três categorias A (alto risco), B (médio risco) e C (baixo risco) imposta pelo princípio, além de adotar também a Norma Internacional ISO 14001 em referência a RSE interna dos bancos. Praticamente todos os bancos investem nos setores de energia, agroindústria, comércio e serviços, infraestrutura e logística, óleo e gás, saneamento básico, mineração e outros. Constatamos que todos os bancos caminham em direção aos desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental. Ressalva que, um dos bancos de estudo, no caso o banco Santander, mesmo adotando as medidas dos instrumentos de apoio a gestão ambiental, em todos os anos observados não concedeu empréstimos sobre o enquadramento do PE, mas em seus relatórios de sustentabilidade mostra que adota a RSE interna por meio da ISO 14001. O que mostra seguindo esta lógica que é muito provável que a adesão aos PE teve eficácia nesse banco e que a carteira de crédito do mesmo comparado aos demais bancos brasileiros na prática pode ser bastante inferior aos seus

concorrentes.

Deste modo, em resposta às questões de investigação definidas inicialmente, e com base nos dados recolhidos neste estudo, pode-se concluir que o processo de seleção para o *Project Finance* proposto pelos Princípios de Equador, nos cinco bancos estudados, quando bem implementado, permite um acompanhamento e capacidade de gestão dos riscos ambientais inerentes aos grandes projetos destas instituições. Isso porque o risco de crédito diminui com a diminuição dos riscos ambiental e reputacional. Assim, os Princípios do Equador têm a capacidade de ajudar a diminuir o risco de crédito.

Este estudo também apresenta algumas limitações, nomeadamente no que diz respeito à análise das instituições bancárias brasileiras, primeiramente por só incidir sobre cinco instituições no caso apenas os bancos signatários do PE e, em segundo lugar, por não ser feita uma comparação para os demais bancos nacionais. Estas limitações estão, em grande parte, ligadas a falta de disponibilidade de vários bancos em participar no estudo, quer por não fazerem parte dos PE, e não são obrigados a publicar os seus relatórios. Também as limitações que apresentamos aquando da definição da metodologia seguida. Como pista de investigação futura seria de alargar a análise de conteúdo, de forma a verter no processo de análise a intensidade com que os bancos estão, de facto, comprometidos com os Princípios do Equador, e consequentemente, com o desenvolvimento sustentável.

Num estudo futuro seria interessante e pertinente também efetuar uma comparação, entre todas as instituições financeiras nacionais e as instituições financeiras internacionais, sobre a maneira como os bancos encaram o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental. Também seria interessante averiguar de que maneira a crise económica que atravessa todo o sistema afeta o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e a sua proteção.

6 REFERÊNCIAS

Abbott, W. F., and Monson, J. R. (1979). On the measurement of corporate social responsibility: self reported disclosure as a method of measuring corporate social involvement. *Academy of Management Journal*, Vol.22, pp.501-515.

Agenda 21. (1995). Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: a Agenda 21 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

Alexius, S., Furusten, S., & Löwenberg, L. (2013). Sustainable banking?: The Discursive Repertoire in Sustainability reports of banks in Sweden. In *Paper presented at the 29th EGOS Colloquium, subtheme 20 Sustainable development and Financial markets: Connections, Pitfalls and Options. Montreal 4-6 July*.

Amalric, F. (2005). The Equator Principles. *Finance & Bien Common*. Vol(2) , pp. 8-11.

Banco do Brasil (2009). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2010). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2011). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2012). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2013). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2014). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2015). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Banco do Brasil (2016). Relatório Anual. Disponível em www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/relatorio-anual/ acedido em 25 de Setembro de 2018.

Baud, M., Castro, F., and Hogenboom, B. (2011). Environmental governance in Latin

America: Towards an integrative research agenda. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, Vol.90, pp.79–88 .

Berto, S.(2006). Sustainable Development: the Role of Financing Institutions, Washington, D.C.: *Institute of Brazilian Business and Public Management Issues – IBI*.

Bradesco (2009). Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2010). Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2011). Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2012). Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2013). Relatório Anual. Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2014). Relatório Anual. Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2015). Relatório Integrado. Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Bradesco (2016). Relatório Integrado. Disponível em <[www.bradescosustentabilidade.com.br/site/\(S\(gewxlufy2trueh45dvr1rh55\)\)/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660](http://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/(S(gewxlufy2trueh45dvr1rh55))/conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=660)>. Acedido em 30 de agosto de 2018.

Brasil. (2012). “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados”. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Rio de Janeiro.

Borger, F. G. (2001). Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial. (Tese de doutorado, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo). Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/.../RSEFGB.pdf.

Bouma, J.J., Jeucken, M., and Klinkers, L. (2001). *Sustainable Banking, The Greening of Finance*. Sheffield, Greenleaf Publishing.

Caixa (2009). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Caixa (2010). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2011). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2012). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2013). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2014). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2015). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Caixa (2016). Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>>. Acedido em 20 de Setembro de 2018

Callio, T. J. 2006. Taboos in Corporate Social Responsibility Discourse. *Journal of Business Ethics*, Vol. 74, pp.165-175.

Cavaliere, Filho. S. (2000) . *Responsabilidade Civil das Instituições Bancárias*. Recife.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2ª ed. Tradução de Our common future. 1ª ed. 1988 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Cochran, P.L., and Wood, R.A. (1984). Corporate social responsibility and financial performance. *Academy of Management Journal*, Vol.27 (1), pp. 42-56.

Comissão das Comunidades Europeias. (2001). Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. In: *Livro Verde*. Bruxelas.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2018). Desempenho dos Bancos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2018/desempenhoDosBancos1semestre2018.html>.

Dias, A; Machado, M. (2007). Principios do Equador: Sustentabilidade e impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237110163_PRINCIPIOS_DO_EQUADOR_SUSTENTABILIDADE_E_IMPACTOS_NA_CONDUTA_AMBIENTAL_DOS_BANCOS_SIGNATARIOS_BRASILEIROS

Diniz, M.H. (2006). Curso de direito civil brasileiro. Editor Saraiva, São Paulo.

Felicio, N.J.A. (2014). *Evolução dos Princípios do Equador*. Dissertação de Mestrado. School Economics and Management. Disponível em: <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=537061&method=getFile>.

Furusten, S., Werr, A., and Alexius, S. (2012). Idealist innovations and Emperor's new clothes – CSR and the consultancy sector. What services are offered and by whom? *Paper presented at the 28th EGOS Colloquium, subtheme 50 Management consultancy: Exploring the Boundaries and Alternatives*, Helsinki.

Heinze, D. C. (1976). Financial correlates of a social involvement measure. *Akron Business and Economic Review*, Vol.7 (1), pp.48-51.

Hu, V.-i., and Scholtens, B. (2014). Corporate Social Responsibility Policies of Commercial Banks in Developing Countries. *Sustainable Development*, pp. 276–288.

Itänen, M. E. (2011). CSR discourse in corporate reports – exploring the socially constructed nature of corporate social responsibility. Alto University School of Economics. Department of management and international business.

Itaú Unibanco (2009). Relatório Anual de Sustentabilidade. Disponível em: <www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RAO/PDF/PT/RAO2009.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2010). Relatório Anual de Sustentabilidade. Disponível em: <www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/download/Itau-Unibanco-RA-2010.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2011). Relatório Anual de Sustentabilidade. Disponível em: <www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/2011/pdf/RAS_2011.pdf> Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2012). Relatório Anual de Sustentabilidade. Disponível em: <www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/2012/pt/downloads/ItauUnibanco-RA2012.pdf> Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2013). Relatório Anual Consolidado. Disponível em: <www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RAO/PDF/PT/2013RAO.PDF> Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2014). Relatório Anual Consolidado. Disponível em: <www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/2014RAO_port.pdf> Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Itaú Unibanco (2015). Relatório Anual Consolidado. Disponível em: <www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Itau_RAC_2015_port.pdf> Acedido em 20 de Setembro de 2018.

Jeucken, M. (2001). *Sustainable Finance & Banking. The Financial Sector and the Future of the Planet*, Earthscan, London.

Jeucken, M. (2002). Banking and sustainability – slowstarters are gaining pace, *Ethical Corporation Magazine*, Vol. 11 pp. 44–48.

Jutterström, M., and P. Norberg (Eds.) (2013). *CSR as a Management Idea - Ethics in Action*, Cheltenham: Edward Elgar.

Keffas, G., and Oulu-Briggs, O.V. (2011). Corporate social responsibility: How does it affect the financial performance of banks? Empirical evidence from US, UK and Japan. *Journal of Management and Corporate Governance*, Vol 3, pp. 8-26.

Lee E., Preston and Douglas P. O'Bannon. (1997). The Corporate Social-Financial Performance Relationship: A Typology and Analysis. *Business and Society*, Vol.36 (4), pp.419-429.

Margolis, J. D., Walsh, J. P. (2003). Misery loves companies: Rethinking social initiatives by business. *Administrative Science Quarterly*, V. 48, pp. 268-305.

Mezher, T., Jamali, D., and Zreik, C. (2002). The role of financial institutions in the sustainable development of Lebanon. *Sustainable Development*, Vol.10, pp. 69–78.

Mio, C., Venturelli, A. (2013). Non-financial Information About Sustainable Development and Environmental Policy in the Annual Reports of Listed Companies: Evidence from Italy and the UK. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, V.20, pp. 340–358.

Neto, S.R.S. (2014). A Responsabilidade Ambiental no Setor Bancário: desafios e oportunidades que o caminho para a sustentabilidade proporciona às instituições financeiras. Relatório de Estágio. Faculdade de Direito de Coimbra. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35013/1/A%20responsabilidade%20ambiental%20no%20sector%20bancario%20desafios%20e%20oportunidades%20que%20o%20caminho%20para%20a%20sustentabilidade%20proporciona%20as%20instituicoes%20financeiras.pdf>>.

Os Princípios do Equador. (2013). Disponível em: <http://equator-principles.com/wp-content/uploads/2018/01/equator_principles_portuguese_2013.pdf>.

Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental. (2008). Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A, o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. P. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>. Acesso em: 2 março. 2018.

Protocolo Verde. (1995) . Disponível em: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/sociedade/terceirosetor/31-onde-obter-recursos/37-protocolo-verde>. [Acesso em: 2 março. 2018].

Santander (2009). Relatório Anual. Disponível em <www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ>=. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2010). Relatório Anual. Disponível em <www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ>=.

Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2011). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2012). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2013). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2014). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2015). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Santander (2016). Relatório Anual. Disponível em www.ri.santander.com.br/list.aspx?idCanal=fkklGpEnAXNWICTpEW2UQ==. Acedido em 28 de Setembro de 2018.

Schäfer, H. (2005). International Corporate Social Responsibility Rating Systems. In: Conceptual Outline and Empirical Results. *Journal of Corporate Citizenship*, Vol. 20, pp. 107-120.

Scherer, A. G., and G. Palazzo. (2007). Toward a political conception of corporate responsibility. Business and society seen from a Habermasian perspective. *Academy of Management Review*, Vol.32 (4), pp.1096-1120.

Scholtens, B. (2009). Corporate social responsibility in the international banking industry. *Journal of Business Ethics*, 86(2), 159-175.

Sharma, Nishi. (2011). CSR practices and CSR reporting in Indian banking sector. *International Journal of Advanced Economic and Business Management*, Vol.1 (2), pp. 58-66.

Silva, E.S., Pereira, A.A., Lino, A.R. (2011). *Do acordo de Basileia I ao Acordo Basileia III*. ACIM- Congresso. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Soana, M. G. (2011). The relationship between corporate social performance and corporate financial performance in the banking sector. *Journal of Business Ethics*, V.104, pp. 133-148.

Stoco, R. (2004). Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários e o código de defesa do consumidor. *Revista dos Tribunais*, Janeiro.

UNEP, 2015. Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication.

UNEPFI. (2002). Industry as a Partner for Sustainable Development. Finance and Insurance, UNEP's Finance Industry Initiatives, Geneva.

Vance, S. C. (1975). Are socially responsible corporations good investment risks. *Academy of Management Journal*, Vol.64 (8), pp. 18-24

Ventura, E.C.F., and Vieira, M.M.F. (2007). Social responsibility as a displacement of capitalism: evidences from banks in Brazil, *Electronic Journal of Business Ethics and Organisational Studies*, Vol 12 (1), pp. 35-47.

Visser W. (2008). Corporate social responsibility in developing countries. In *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*, Crane A, et al. (eds). *Oxford University Press*: Oxford; 473–499.

Wise, V., and Ali, M.M. (2009). Corporate Governance and Corporate Social Responsibility in Bangladesh with special reference to Commercial Banks. *American International University-Bangladesh (AIUB)*, Office of Research and Publications (ORP), revised Jun 2009. Disponível em: <http://orp.aiub.edu/abewps-2009>

Wu, M. L. (2006). Corporate Social Performance, Corporate Financial Performance, and Firm Size: A Meta-Analysis. *Journal of American Academy of Business*, Vol.8 (1), pp. 163–171.